

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Luciano e Souza

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL, SUAS AÇÕES E A PRODUÇÃO
DE MUDANÇAS SOCIAIS: O CASO “PRATO POPULAR”.

São Leopoldo

2009

LUCIANO E SOUZA

Responsabilidade social empresarial, suas ações e a produção de mudanças sociais: caso “Prato Popular”.

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de **mestre** em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro

São Leopoldo
2009

CIP – Brasil – Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

S729r Souza, Luciano e

Responsabilidade social empresarial, suas ações e a produção de mudanças sociais : o caso “Prato Popular” / Luciano e Souza. – São Leopoldo, RS : [s.n.], 2010. 154. f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2010.

Orientação: Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro.

1. Responsabilidade social – Empresa 2. Projeto social – Prato Popular 3. Organizações não-governamentais – Projetos sociais I. Título

CDU 658:364.442

Bibliotecária Responsável: Alexandra Flores CRB10/1724

“Responsabilidade Social Empresarial, suas ações e a produção de mudanças sociais: o caso “Prato Popular”.

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de **mestre** em Ciências Sociais

Aprovado em 24/03/2010

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro (Orientador) - UNISINOS

Prof^a. Dr^a. Marília Veríssimo Veronese - UNISINOS

Prof^a. Dr^a. Selva López Chirico – Inst. De Perfeccionamento Docente –
Administración Nacional de Educación Pública, Montivideo

Dedico este estudo:

A minha esposa Tatiane, aos meus filhos Vicente, Morgana e Bernardo, pelo estímulo, paciência e por me incentivarem a acreditar em mim, em toda essa trajetória. Também para minha mãe Noêmia, à memória de meu pai José (Juca) e à dos tios Plínio e Waldomiro, que foram os motivadores do meu início acadêmico.

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos...

à minha esposa Tatiane, cúmplice pelo sucesso nessa trajetória,
sempre presente em todos os momentos;

ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, funcionários e ao grupo
de professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais, pelo apoio e ensinamentos transmitidos;

ao Professor Gadea, pela sua capacidade profissional e paciência
que me conduziu nessa caminhada;

ao grupo de colaboradores que trabalham no restaurante “Prato
Popular”, pelo carinho com que atendem aos usuários do projeto
e pela atenção dedicada no momento da pesquisa;

aos usuários do restaurante e representantes das entidades, que
participaram da pesquisa, pela disponibilidade e abertura com que
responderam as entrevistas e questionários;

“Hoje é um dia muito importante:
é o primeiro dia do resto de nossas vidas.”

(autor desconhecido)

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAPS – Caixa de aposentadoria e Pensão
CD – Disco Compacto
CEBDS – Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
COHAB – Companhia de Habitação
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CPP – Centro de Pesquisa e Planejamento
CRAN – Centro de Referências Alimentar
DVD – Disco Digital Versátil
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECO – Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FMSS – Fundação Maurício Sirotski Sobrinho
FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas
IAPS – Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico
ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO – International Organization for Standardization
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LIC – Lei de Incentivo a Cultura
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
NEPP – Núcleo de Estudo de Políticas Sociais
ONG – Organização não-governamental
ONGDS – Organizações não-governamentais de Desenvolvimento
PAIPS – Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social

RBS – Rede Brasil Sul

RS – Rio Grande do Sul

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SJDS – Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O binômio sociedade civil e Estado	16
CAPÍTULO II – Da assistência social à responsabilidade Social	
2.1 – A trajetória da assistência social em nosso País.....	28
2.2 – Responsabilidade social empresarial: abordagens e análise.....	43
CAPÍTULO III = Projeto “Prato Popular”	
3.1 – Conhecendo o projeto.....	66
3.2 – Os métodos da pesquisa.....	79
CAPÍTULO IV – A Pesquisa	
4.1 – Os discursos dos usuários do “Prato popular”.....	82
4.2 – A Visão dos parceiros envolvidos.....	111
4.3 – Principais resultados.....	123
4.4 – Crítica dos resultados.....	129
REFERÊNCIAS	149

Resumo

A dissertação objetiva investigar e analisar o projeto de responsabilidade social empresarial – “Prato Popular”, que é desenvolvido pelo Grupo Gerdau, SESI e Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, a fim de demonstrar se ele é um gerador de mudança sócio-econômica em seus usuários. Também busca conhecer as impressões dos envolvidos no projeto, para uma avaliação do funcionamento do projeto à luz dos discursos sobre responsabilidade social. É apresentada uma trajetória da questão social Brasileira, demonstrando o papel do Estado, as novas alternativas de organização da sociedade civil e das corporações empresariais. O trabalho também realiza um debate sobre a produção ou não de mudanças sócio-econômica nas pessoas que se beneficiam das ações sociais oriundas dos investimentos sociais empresariais, que são colocados sobre a suspeita de ter um espírito de solidariedade ou um simples interesse econômico. Foi realizada pesquisa empírica no projeto social “Prato Popular”, localizado em Sapucaia do Sul, através de entrevista para a amostra de usuários e questionário para as entidades que desenvolvem o projeto. Os resultados revelam relatos de melhoria na qualidade de vida dos pesquisados sob os aspectos de alimentação e economia da renda, com enfoque na vida saudável, no tempo livre (lazer), no aperfeiçoamento pessoal, na renda, no investimento pessoal e na auto-estima. A análise dos dados mostra mudanças sócio-econômica na amostra e oportunidades de melhorias.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial – mudança sócio-econômica – organizações não-governamentais – projetos sociais

Abstract

This paper has as objective to research and analyze the project of business social responsibility – “Prato Popular”, which is developed by Gerdau Group, SESI and Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, in order to show if it is a generator of socio-economic change in its users. It tries also to find out the impressions of those involved in the project, to an evaluation of the project operation related to the speech about social responsibility. It is presented a trajectory concerning the Brazilian social matter, showing the State roles, the new alternatives of organization of the civil society and of the business corporations. This paper also holds a debate about the production or not of socio-economic changes in those people who benefits from the social actions leaded to business social investments which are on suspicion of having a solidarity concern or just economic interest. An empirical research was made in the social project “Prato Popular”, located in Sapucaia do Sul, through an interview to have a sample of users and a questionnaire for the institutions that develop the project. The results show accounts of improvement in those people's life quality in certain aspects such as feeding and economical income, with its focus in a healthy life, free time (leisure time), personal improvement, income, personal investment, and self-esteem. The analysis of the data shows socio-economic changes in this sample and opportunities for improvement.

Key words: business social responsibility - socio-economic change – non-governmental organizations – social projects

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem o objetivo de demonstrar que o projeto de responsabilidade social “Prato Popular”, desenvolvido pelo grupo Gerdau, SESI e Prefeitura no Município de Sapucaia do Sul, é um gerador de mudanças sócio-econômicas nas pessoas que dele se utilizam.

Contrapondo a corrente clássica da responsabilidade social empresarial, alicerçada na concepção liberal que restringe a responsabilidade das empresas à maximização do lucro, à geração de emprego e ao pagamento de impostos, a responsabilidade social empresarial é definida como uma postura ética integrada à cultura da empresa, no desenvolvimento sustentável, manifestando-se nas relações com funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, comunidade, governo e na forma produtiva com cuidados com o meio ambiente.

A empresa, enquanto agente de crescimento econômico cujo processo de globalização e conseqüente aumento da concorrência, vem transformando sua estrutura e impondo novos desafios gerenciais, está hoje mais vulnerável a questionamentos e expectativas em relação a sua contribuição, seja no agravamento dos problemas sociais e ambientais, seja, principalmente, na sua participação na reversão do contexto econômico e social vigentes, através da adoção de um modelo de gestão de negócios socialmente responsável. Nessa perspectiva, vem crescendo um movimento junto à sociedade em que a responsabilidade social das empresas se apresenta como mais uma alternativa que vem contribuir para a construção de uma sociedade economicamente mais justa.

A ação de Responsabilidade Social intensificou-se, no Brasil, ao longo da década de 90, caracterizada por um conjunto de ações, normas e condutas de conteúdo social/ambiental desenvolvidas pelas empresas, através de parcerias com o Estado e com a sociedade civil.

Sociedade civil que, relaciona indivíduos desassociados do Estado e do mercado, que produzem ações de solidariedade social, que não podem ser cumpridas nem pelo Estado e nem pelas ações do mercado. Indivíduos organizados em redes de sociabilidade, atuando de forma organizada, de ordem privada, mas agindo na esfera pública, denominadas de organizações não-governamentais (ONGs), apropriando-se de um novo espaço em que a sociedade civil se articula com o Estado e o capital, espaço esse que, na maioria das vezes, materializam-se as ações de investimento social das empresas.

Com uma função corretiva, o Estado se posicionava, no início do século passado, frente as questões sociais, entendendo que o pobre e desempregado eram uma questão de “vagabundagem”, pois as questões se auto regulariam na sociedade do livre mercado, em que se criariam oportunidades de acordo com o potencial individual de cada cidadão. A partir de 1930, começamos a ver um Estado que coloca, na sua pauta de atuação, a questão social como política de governo e não mais uma questão religiosa. Tendo como primeiro foco dessa política o segmento social dos trabalhadores regulamentados pelo contrato de trabalho, porque com a constituição de 1988, começamos a presenciar a universalização dos

direitos sociais e descentralização da política-administrativa e a participação da sociedade civil no processo de gestão das políticas sociais.

O afastamento do Estado no que diz respeito ao atendimento as demandas sociais, face ao modelo econômico neoliberal, abriu espaço à ascensão ao chamado “terceiro setor” e à responsabilidade social empresarial.

Existem manifestações de que essas ações de responsabilidade social têm perspectivas fragmentadas que não conseguem ir além dos benefícios imediatos. As áreas, em que são feitos os investimentos, são decididas sem conhecimento das necessidades das pessoas, com isso não atendem as suas demandas. Outras interpretações críticas identificam a responsabilidade social empresarial como uma nova estratégia empresarial, visando a garantir maiores consumidores e deduções fiscais, não passando de ações de marketing e não provocando nenhuma mudança sócio-econômica em seus usuários.

A pesquisa foi realizada nos usuários do projeto “Prato Popular”, através de entrevista semi-estruturada, conversação oral, identificando a ocorrência ou não de mudanças sócio-econômicas, sob os aspectos de uma vida saudável, tempo livre, aperfeiçoamento pessoal, renda e investimento pessoal.

Também pesquisamos os envolvidos no projeto, através de questionário, buscando conhecer a impressão destes sobre projeto, com um olhar dos conteúdos pesquisados.

O estudo está organizado em cinco capítulos. O primeiro vai estar analisando os conceitos de sociedade civil e Estado ao longo da história, identificando a forma de articulação entre esses dois entes para atender as questões sociais.

No segundo capítulo vai se discorrer sobre a trajetória da assistência social no Brasil, passando pela intervenção de diferentes grupos sociais e instituições, com destaque para o Estado, o empresariado, o movimento sindical e a Igreja. Também, nesse capítulo, abordamos um histórico da responsabilidade social empresarial e de sua conceituação perante o meio empresarial e na sociedade brasileira. Falamos sobre a nova postura ética da empresa, integrada na sua cultura para com seus grupos de interesse, como forma de manutenção de sua sobrevivência, através de um modelo de gestão preocupada com a reversão do contexto econômico, social e ambiental da comunidade em que está inserida. Culminando com a idéia de que o movimento social das empresas, através de seus projetos de investimento social, produz mudanças sócio-econômicas em seus usuários.

Também, faz parte desse capítulo, a análise dos enfoques teóricos relacionados a que apenas o Estado tem capacidade, através de políticas públicas, de promover mudanças sócio-econômicas nas pessoas e que, para a empresa mercantil, não é concebido um papel social na esfera pública, em que seus interesses são apenas mercadológicos, filantrópicos e que estimulam o aprofundamento da exclusão social.

O terceiro capítulo relata todo o funcionamento do “Prato Popular”, descreve os objetivos, as obrigações de cada parceiro quanto a forma de desenvolver de

medir e avaliar o projeto. Também descrevemos, de forma completa nesse capítulo, toda a metodologia utilizada na pesquisa.

Os resultados coletados junto aos usuários do “Prato Popular”, bem como os posicionamentos das entidades envolvidas que desenvolve a ação, aparecem no quarto capítulo. Junto compilamos os principais resultados a fim de facilitar a análise desses dados, finalizando com a crítica desses resultados à luz das discussões, apresentadas no decorrer do trabalho.

CAPÍTULO 1 – O Binômio sociedade civil e Estado

O conceito aristotélico de “Politike Koinonia” foi traduzido para o latim por sociedade civil. Segundo Vieira (1999), nesse momento da Idade Média, “societas civiles” não fazia uma distinção entre sociedade e Estado. No início da modernidade, alguns autores apresentam um novo viés de separação entre Estado e Sociedade Civil, procurando um princípio constitutivo próprio para a idéia de sociedade, dentre eles Montesquieu, Paine, e Ferguson.

A principal bandeira do Iluminismo, em Vieira (1999), foi a substituição do Estado absolutista pelo Estado de direito, de forma contratualista. O consenso tradicional do mundo da vida, que tem como esfera a família, evolui para um consenso racional da Modernidade, baseado no “Contrato Social”, estabelecido por indivíduos livres e iguais. Esse Estado para Bobbio (1982) é concebido como produto da razão, ou como sociedade racional, única em que o homem poderá ter uma vida conforme a razão, isto é, de acordo com a sua natureza.

Nesse mesmo período, Hobbes e Rousseau usaram a terminologia de sociedade civil para diferenciar o estado natural, onde, homens teriam vivido em liberdade, guiados pela paixão e necessidades, e a sociedade civil como a esfera regida por leis e por um corpo político, onde liberdade e razão deveriam coexistir.

A noção de sociedade civil para Hegel, no século XIX, não ficava desassociada das regras de mercado, pois para ele nem a família, nem o Estado esgotam a vida das pessoas nas sociedades modernas:

...a sociedade civil constitui o momento intermediário entre a família e o Estado. A sociedade civil em Hegel é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa, segundo os princípios do Estado liberal; e é conjuntamente sociedade burguesa e Estado burguês: Hegel concentra nela a crítica da economia política, inspiradas respectivamente nos princípios da liberdade natural e do Estado de direito. (BOBBIO, 1982, p 30)

Contraopondo Hegel, a sociedade civil para Marx não tem significado através de instituições intermediárias entre a família e o Estado.

A solução marxista de abolição do mercado não se coloca no sentido da diferenciação entre Estado e sociedade e sim na perspectiva de fusão de ambos. A classe capitalista seria historicamente superada, e pela revolução, abolida juntamente com o Estado, visto como instrumento político da classe dominante. (VIEIRA, 1999, p 52)

Com uma percepção de sociedade civil enquanto lugar de organização da cultura e entendida na sua modernidade como multifacetária no envolvimento com as estruturas legais, associações civis e de comunicação, Gramsci traz ao debate essa noção de sociedade civil como lugar de conquista restrita na tarefa de transformação:

A expressão “sociedade civil” foi empregada por Gramsci como um nível intermediário de socialização entre os grupos primários – os agrupamentos “naturais” em torno da família – e as normas racionalizadas do Estado. Nesta concepção, papel preponderante cabe aos Partidos, que têm na sociedade civil uma centralidade social determinante, análoga ao Estado na sociedade política. (VIEIRA, 1999, p 53)

A sociedade que tem a família na sua esfera natural, do “mundo da vida”, conforme nos traz Habermas, nela flui uma ética de convivência social, através de uma razão comunicativa, manutenção de um diálogo que busca o consenso entre as pessoas, no sentido de orientar e ordenar suas necessidades. Com um poder coercitivo, surge a necessidade de um Estado de razão, regido por uma razão instrumental, para gerir, ordenar a vida social. Temos, assim, o Estado como conservação-regulamentação da sociedade natural.

Em uma concepção mais atual e dentro de um contexto de uma sociedade capitalista do mundo ocidental moderno, Gramsci define a racionalidade do Estado em relação aos quatro temas fundamentais, a instrumentalidade, a particularidade, a subordinação e a transitoriedade:

...o Estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho, um instrumento; é o representante não de interesses universais, mas particulares: não é uma entidade sobreposta à sociedade subjacente, mas é condicionada por essa, e, portanto, a essa subordinada; não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade que lhe é subjacente. (BOBBIO, 1982, p 19)

Habermas denomina de sistema o espaço formado pelo Estado e o mercado. Estado, como orientador da vida social, e o mercado, como espaço, em que a sociedade busca atender às suas necessidades. A sociedade civil participa e interage no sistema, através da sociedade política e econômica, que são formadas por essas pessoas de forma individual ou de forma coletiva, que compõem o espaço da sociedade civil.

Na esfera política o papel da sociedade civil não está vinculado à busca do poder, mas em produzir influência nas normas e regras de seus direitos, perante o Estado normatizador e controlador da vida social, não no sentido individual de interesses, mas no sentido do bem estar da coletividade.

Vieira (1999) diz que, embora, historicamente, sob regime capitalista, a sociedade econômica tenha sido mais hermética à influência da sociedade civil, as ações coletivas via os sindicatos legalizados com negociações dissídios coletivos, esses têm sido a forma mediadora de interação da sociedade civil e sociedade econômica.

A sociedade civil, que está subjacente ao sistema, econômico e político (Estado), e tendo como papel à busca por direitos e à solidariedade na esfera social, não suprida e esgotada pelo sistema, que tem sido tratado com descaso e opressão.

É importante ressaltar que as normas da sociedade civil – direitos individuais, privacidade, associações voluntárias, legalidade formal, pluralidade, publicidade, livre iniciativa – foram institucionalizadas de forma heterogênea e contraditória nas sociedades ocidentais, entrando em conflito com a lógica econômica do lucro e lógica política do poder. Daí a importância dos movimentos sociais que surgiram para defender os espaços de liberdade ameaçados pela lógica do “sistema”. (VIEIRA, 1999, p 47)

Os anos 80 foram o marco para um novo pensar sobre a noção de sociedade civil, motivada pelo esgotamento do modelo socialista de fusão entre Estado, mercado e sociedade civil, a crítica da falta de autonomia de alguns setores sociais quanto às suas reais demandas e à identificação por parte de atores sociais e

políticos, como agentes da sociedade civil, na luta contra o autoritarismo na América Latina e Leste europeu.

A sociedade civil começa a ser desassociada entre Estado e mercado, a relacionar indivíduos sem a intermediação do Estado, reconhecendo instituições intermediárias entre indivíduos, de um lado, e Estado e mercado, do outro, que produzem ações de solidariedade social que não podem ser cumpridas nem pelas ações do mercado e nem pelo Estado.

O conceito de sociedade civil se encontra no cerne dos processos que levaram à constituição da modernidade ocidental, que se revelou incapaz de produzir formas de solidariedade a partir de estruturas de coordenação impessoal de ação. Boa parte da filosofia política e da sociologia no século XIX esteve voltada para a questão de como produzir formas não-particularistas de ação em sociedades onde as formas comunitárias de solidariedade não mais operam, e onde o mercado não é solução satisfatória para a geração de formas de igualdade e solidariedade. Daí a ligação entre a necessidade de se produzirem formas modernas de solidariedade e o conceito de sociedade civil. (VIEIRA, 1999, p 48 e 49)

Constroem-se um novo espaço em que a sociedade civil se articula com o Estado e o capital. Segundo Silva (1999) pressupõem um novo pensar sobre a sociedade civil.

[...] estruturas de relações diretas, pessoais, baseado em laços de solidariedade e vínculo comunitário, não apenas para resolver problemas de carências socioeconômicas, mas também para reconstituir teias e redes de sociabilidade que os indivíduos e grupos foram perdendo ou haviam desativado devido à impessoalidade das estruturas impostas pela racionalidade tida até então como moderna (GOHN apud SILVA, 1999, p.22).

Esses novos espaços são ocupados, por exemplo, pelas denominadas organizações não-governamentais (ONGs), assumindo importantes

responsabilidades na representação de uma nova dimensão na área pública. São movimentos de ordem privada, mas com finalidade de atuação na esfera pública, buscando uma nova forma de desenvolvimento democrático para a sociedade.

[...] a noção de sociedade civil se transforma e passa a ser compreendida em oposição não apenas ao Estado, mas também ao mercado. Agora representa uma terceira dimensão da vida pública, diferente do governo e do mercado. Em vez de sugerir a idéia de uma arena para competição econômica e a luta pelo poder político, passa a significar exatamente o oposto: um campo onde prevalecem os valores da solidariedade. Há uma esfera privada no "sistema" (economia) e uma esfera pública não-estatal, constituída pelos movimentos sociais, ONGs, associações de cidadania etc. (VIEIRA, 1999, p 63-64)

A utilização do termo ONG designa um agrupamento de pessoas, parcialmente destituído de interesses econômicos, e voltado à promoção de mudanças socio-econômicas. Foi cunhado pela ONU, em 1946, que definiu como toda organização não estabelecida por acordo intergovernamental.

Na base da idéia de que a sociedade mundial pode ser vista como um sistema coloca-se a tese de que o mundo se constitui de um sistema de atores, ou um cenário no qual se movimentam e predominam atores. São todos os tipos: Estados nacionais, empresas transnacionais, organizações bilaterais e multilaterais, narcotráfico, terrorismo, Grupo dos 7, ONU, FMI, BIRD, FAO, OIT, AIEA e muitos outros, compreendendo naturalmente também as organizações não-governamentais (ONGs) dedicadas a problemas ambientais, defesa de populações nativas, proteção de direitos humanos, denúncias de práticas de violência e tortura. Também podem adquirir relevância regional ou mundial atores de tipo nacional, podendo entrar ativa ou passivamente no jogo de pendências regionais ou mundiais. (Ianni, 1995, p 79)

Originado das denominadas ONGDs (Organizações não-governamentais de desenvolvimento), o termo ONG (Organizações não-governamentais) foi exportado pelas agências de financiamento. A utilização do termo ONG ocorreu face ao aumento das ONGs ambientalistas e por passar a denominar um grande número de

entidades que se dizem filantrópicas, segundo Scherer-Warren (1999). Para a autora, as ONGs se identificam com a sociedade civil e distinguem-se do Estado e do Mercado. Nesse universo, incluem-se organizações recreativas, de assistência social, de cultura, de meio ambiente...Essas organizações institucionalizadas e sem fim lucrativo que, na maioria das vezes, têm a participação de voluntários, mesmo que seja somente do Conselho Diretor.

A sociedade civil se fortalece com a capacidade de aglutinação e articulação dos sujeitos sociais em torno de ações coletivas, agindo sobre a esfera pública. Nesse cenário observamos o crescimento das ONGs, através de parcerias que fazem parte das políticas sociais, o Estado transfere a responsabilidade para as comunidades organizadas, muitas vezes através do tripé, Governo, sociedade-civil e iniciativa privada, sempre atuando em conjunto.

Segundo Vieira (1999), as organizações não-governamentais tornam-se importantes peças de apoio aos programas de desenvolvimento nas últimas décadas. As ONGs se envolvem em todos os níveis do espaço local, nacional e até mesmo internacionalmente, atuando no auxílio da formulação de políticas públicas, fiscalizando projetos e leis de direitos humanos, desenvolvendo projetos sociais, através de parcerias com o Estado e com o mercado (empresas).

Em suma, essas entidades e movimentos da sociedade civil, de caráter não governamental, não mercantil, não corporativo, podem assumir um papel estratégico quando se transformam em sujeitos políticos autônomos e levantam a bandeira da ética, da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza a exclusão social e a degradação ambiental. (VIEIRA, 1999, p 66).

Na América Latina, as ONGs crescem devido à desmobilização dos movimentos sociais, sendo que a maioria dos participantes das ONGs são pessoas que militavam nos movimentos, que se reciclam e descobrem novas funções. As ONGs deixam de ser um apoio e passam a ter centralidade, assumem a liderança de processos sociais, que antes ficavam sob o domínio dos movimentos sociais.

A maioria das ONGs, no Brasil, surgiu durante o período militar, com a função fundamental de fortalecimento da sociedade civil, quando do bloqueio político e a participação popular restrita. Esses espaços tornam-se importantes para divulgação das idéias de partidos políticos, da militância de oposição – as ONGs ofereciam espaço de resistência democrática. Nesse período realizavam trabalhos de assessoria aos movimentos sociais e à educação popular.

A retomada da democracia trouxe a liberdade aos partidos políticos de esquerda e aos sindicatos, que puderam assumir sua legalidade, levando as ONGs a uma fase de reorganização, de redefinição da sua identidade e de seus objetos de trabalho. Passando, então, a ter um papel próprio e não mais de prestação de serviços aos movimentos proibidos no período militar. Também se destacam a mudança de atuação do nível micro e localizado para uma intervenção macro, com capacidade de influenciar na construção das políticas públicas, visando a construir uma sociedade que se formava. Os membros das ONGs iniciam a mudança de perfil de militância para um nível de profissionalismo que atenda as novas exigências.

As ONGs, na década de 90, eram de todos os tipos e tamanhos aqui no Brasil, dividindo-se em quatro segmentos. As de cunho ambientalista e ecológico,

que surgiram e acompanharam vários movimentos sociais, como a ECO 92, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Outro segmento era os das organizações de assessoria e movimentos populares, compostos por profissionais liberais que organizaram e criaram escritórios técnicos ou entidades de apoio à organização popular. Existiam as ONGs que prestavam assessoria a grupos de sindicalistas. O último segmento foi formado por entidades de composição social, com predominância das camadas médias, voltadas para o apoio a essas.

Muitas vezes as ONGs que trabalham no âmbito comunitário não atuam em planos mais globais. Porém, cada vez mais um grande número de ONGs, diretamente ou por meio de redes temáticas, articulam-se politicamente para além das fronteiras espaciais das suas áreas de ação direta. Isto é particularmente notório entre as ONGs de gênero ecológicas, de direitos humanos e várias outras de forma mais emergente. Dessa maneira criam consensos mais universais para sua participação na elaboração e implementação de políticas sociais. (Scherer-Warren, 1999, p 86)

Atualmente, as ONGs organizam-se das mais diversas maneiras, a fim de promover causas como defesa dos direitos humanos, preservação do meio ambiente, ou, diretamente na ajuda aos mais necessitados no seu espaço de vida. Elas abandonaram as suas origens a partir dos grupos de assessoria e dos movimentos sociais, deixando de ter um papel de apoio.

Após 1982 tivemos um período de grande expansão de ONGs no Brasil. Ele coincide com uma fase da vida nacional em que dois elementos se destacam: de um lado, a reordenação das forças político-sociais em blocos partidários, em luta pelo acesso ao poder (nas Câmaras e Assembléias Legislativas e demais cargos executivos); e de outro, o discurso e a prática efetiva por parte do governo central, em termos de políticas de desestatização. (GOHN, 2000, p. 60).

Inicia-se uma fase de representação da sociedade civil, mais organizada e menos burocratizada, atuando, conforme Gohn (2000), “como um agente de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento de bens públicos”.

Scherer-Warren (1999) afirma que as ONGs devem ser consideradas como elos de movimentos sociais sob a forma de redes, buscando uma sociedade melhor para se viver, rumo à construção de uma “cidadania sem fronteiras”, frente ao cosmopolitarismo global em que o Estado assume novas posturas, perante a sociedade civil e os seus custos sociais.

As ONGS podem ter as mais diversas origens de financiamento, conforme relata Cruz (2000), quanto à procedência e às conseqüências do envolvimento de cada financiador, que podem ser os recursos dos indivíduos, aplicados livremente, propiciam espaço para envolvimento de trabalhadores voluntários que são agentes legitimadores da organização. Essas contribuições podem ser esporádicas ou mensalidades de associados. As empresas são outra forma de captação de recursos, sendo parcerias que agregam visibilidade à causa da ONG, possibilitando recursos de maior valor e oferecimento de voluntariado especializado. As Fundações e Agências Internacionais são financiadores que dão credibilidade à organização, repassando os valores em uma única parcela e podem oferecendo auxílio além do financeiro e de treinamento. Os recursos Públicos Governamentais são fontes que repassam grandes somas por longos períodos, propiciando legitimação e isenções fiscais. Já os recursos, oriundos de projetos de geração de renda, implicam na independência e de um melhor planejamento para a ONG, geram empregos, abrem

espaço para inovação e criatividade. As fontes, provenientes de eventos, trazem o marketing e divulgação, aproximando mais a ONG da comunidade. E, por fim, as Igrejas como fonte financiadora, acabam por divulgar e identificar-se com o projeto, também é um apoiador por longo período.

As corporações empresariais, como um ator social, são eixos desta pesquisa. Historicamente elas atuam filantropicamente nas questões sociais e tomaram forma da denominada responsabilidade social empresarial, que têm com base no conceito de sustentabilidade, aumentando abrangência de dimensões do negócio, transpondo, além da visão da lucratividade, interagindo, também, no viés social e ambiental. Podemos dizer que deixa de ser uma simples filantropia ou um ato de ação social, mas se trata de uma filosofia de gestão, através de princípios éticos.

Responsabilidade social empresarial é planejar e gerir os negócios de maneira ética, respeitando valores e direitos, podendo contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual, mais justa e com maiores condições de acesso a produtos e serviços. É o agir corretamente e ser responsável pelo enfrentamento dos problemas sociais que assolam o mundo, tomando atitudes concretas para enfrentá-los, por uma questão de compromisso humano e social – pois toda empresa é também agente de desenvolvimento humano e social – e para o desenvolvimento de negócios sustentáveis.¹

As ações de responsabilidade social empresarial, na sua maioria, concretizam-se através da ação das ONGs que atuam nas mais diversas áreas. Segundo Alessio (2004), as principais ações e projetos desenvolvidos pelas empresas são os de atendimento à saúde; campanhas de prevenção (ex. AIDS); campanhas de arrecadação de alimentos e de vestuários; campanhas educativas na

¹ ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESARIOS – POA. Disponível em: <<http://www.ajepoa.com.br/Main.php?do=downloadAc&Clr=1>>. Acesso em: 1º abr. 2004.

comunidade e em escolas; concursos e prêmios na área de educação, construção e manutenção de escolas e hospitais; criação e manutenção de companhias de dança, teatro e programas de esportes; formação de bibliotecas; manutenção de centros de formação profissionais e escolas; participação direta em atividades exercidas em ONGs e eventos das comunidades; treinamento de recolocações de idosos; portadores de necessidades especiais e jovens carentes. Agindo sempre que solicitados em qualquer área.

CAPÍTULO 2 – Da assistência social à responsabilidade social

2.1 - A trajetória da assistência social em nosso país

A lógica econômica do lucro no mercado capitalista, a lógica da política do poder e suas correntes neoliberais têm produzido, principalmente nas camadas populares da sociedade, um processo de exclusão social, fruto da estrutura social da política e do mercado.

A assistência social faz ações compensatórias, políticas sociais voltadas à pobreza, que segundo Sposati (1988) é uma forma de relação entre os segmentos da riqueza e da pobreza.

O Estado, segundo Yamamoto, utiliza-se da assistência social como forma de enfrentamento das questões sociais.

...apresenta duas faces indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, faces as mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura da satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado. (IAMAMOTO apud SILVA, 1999, p.15).

A questão social brasileira é histórica, desde a abolição da escravidão até os dias atuais é um tema que permeia os movimentos da sociedade. A grande massa de homens livres, na sociedade colonial, vivia sob a dominação senhoril, que regia um contexto de relações de dependência, marcada por trocas de favores, além da

celebração de alianças de reciprocidade. Tal sistema de dominação se aproximava muito da servidão senhoril, historicamente constituída na Europa medieval. Tal modelo conviveu com formas de ajuda e de proteção típicas do modelo de proteção da cristandade medieval. Nesse período, a Igreja abarcava tudo, sendo a instituição dominante em quase todas as esferas da sociedade.

O fim do escravismo no Brasil abriu espaço para que as novas relações salariais advindas da produção capitalista crescessem e, com elas, a negociação, baseada na livre movimentação de empregados e empresários. A população imigrante foi a grande massa operária do início da industrialização no Brasil. Iniciavam os conflitos trabalhistas entre os empresários capitalistas iniciantes no negócio e os imigrantes assalariados, que vinham para o Brasil em busca de um sonho, configurando-se numa tensão entre capital e trabalho.

De 1917 a 1919 ocorreram as greves gerais, como resposta houve a deportação de lideranças sindicais estrangeiras, desestruturando o movimento sindical. A igreja é chamada ao envolvimento com a assistência social, ampliando sua presença nos serviços assistenciais.

A criação de um mercado de trabalho livre no Brasil obedeceu aos valores de uma elite que queria realizar aqui, a sua nova Europa. Nesse sentido, é que a questão social no período de 1889 até 1930 pode ser pensada como restrita ao campo das obrigações morais. Ao Estado caberia uma função corretiva. Prevalencia uma visão do pobre e do desempregado como “vagabundo”, um tratamento da questão social no âmbito da moral e ética, retirando-a do campo político. Nesse

sentido, não caberia ao Estado medidas compensatórias, ou de regulamentação para lidar com os problemas advindos da pobreza e da miséria, pois a sociedade por si mesma encontraria uma solução. A livre iniciativa criaria oportunidades a partir do potencial individual de cada cidadão, através de doações por espontâneas dos indivíduos.

Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos, ainda se começa a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o status quo seja abalado. Tanto assim que ao longo das décadas de 1920 e 1930 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social pudesse deixar de ser considerada um problema de polícia, e começar a ser tratado como um problema político. (IANNI, 1988, p. 104)

Na década de 20, surgiram as “caixas de ajuda mútua” organizadas pelos sindicatos, com o objetivo de auxiliar os operários em situação de urgência, baseada na experiência de anarquistas imigrantes. Com o fortalecimento dos sindicatos e com os movimentos de greve é colocada em questão a ausência do Estado.

A questão social passa a ser vista como uma questão política e não mais religiosa. Empresários e trabalhadores passam a contar com alguns serviços assistenciais. Começa a estruturar-se a previdência. Surgem fundos de capitalização e vilas operárias. Em 1923, o deputado paulista Eloy Chaves apresentou um projeto, logo transformado em lei, criando a Caixa de Aposentaria e Pensão dos Ferroviários.

A finalidade dessa lei era a criação de um fundo, mediante a contribuição dos empregadores, dos empregados e do Estado (neste caso, através de recursos adicionais de tributação, portanto, recursos extraídos do público), com objetivo de

garantir ao empregado parte de sua renda no momento do desligamento da empresa – por velhice, invalidez ou tempo de serviço -, ou a seus dependentes em caso de morte do contribuinte.

A rigor tratava-se ainda de um contrato, mediante o que a empresa e seus empregados comprometiam-se a sustentar o emprego atual, no futuro, em troca da parcela de renda deste, no presente. Não se tratava, pois, de um direito de cidadania, inerente a todos os membros da sociedade, mas de um compromisso privado entre empregados, empregadores e Estado.

A criação das CAPs foi uma tentativa de satisfazer as reivindicações de setores sindicais mais organizados. Tratava-se de um modelo de proteção social, através de que patrões e empregados contribuía para um fundo administrado pelo patrão. Trata-se das primeiras iniciativas de criar um seguro social no país.

Os estudos sobre seguridade social caracterizam como neoliberal e de caráter civil a previdência dos anos 20, incluindo, em sua análise, a constatação de que longe de criar a Previdência Social no Brasil, o Estado Novo, no pós-30, já encontrará, montada e em funcionamento, uma significativa estrutura previdenciária com mais de 40 instituições, envolvendo diferentes categorias profissionais. (SILVA, 1999, p. 17)

A previdência social esboça-se com as CAPs (Caixa de Aposentadoria e Pensões), estruturada na relação empresário/trabalhador, posteriormente passam a ter a participação do Estado, tornando sua imposição legal através da Lei Elói Chaves.

O Estado tem suas políticas sociais voltadas aos trabalhadores assalariados, conquistas essas obtidas devido às fortes pressões de organizações dos trabalhadores.

A ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, marcou também uma mudança no comportamento do Governo Federal em relação à questão social, passando da retórica liberal para uma “ação intervencionista”, o governo vai procurar regular as relações entre os trabalhadores e empresários, estruturando funcionamento dos sindicatos e criando legislação própria para proteger a parte mais fraca da relação, os trabalhadores.

Após a década de 30, a previdência desvinculou os serviços sociais da previdência de assistência social. O Estado Novo cria os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões), vinculados a categorias específicas de trabalhadores, mobilizando os sindicatos a realizarem a assistência social para as suas categorias.

Os IAPs congregavam sob o mesmo regime previdenciário todos os membros de uma mesma categoria profissional. Este novo ordenamento foi trazido à luz pela constituição de 1934. Nela foi introduzida, pela primeira vez, um capítulo sobre a ordem econômica e social, reconhecendo a existência de direitos sociais, que competia à União preservar. Outra inovação jurídica delegava aos poderes públicos competência para intervir e regular os contratos privados na esfera de produção.

Segundo Santos (1998) , o conceito chave que permite entender a política econômica e social pós-30, assim como a passagem da esfera de acumulação para

a esfera da equidade, é o conceito de cidadania regulada, implícito na prática política do governo revolucionário. Uma cidadania cujas raízes não se encontram em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei.

No período da ditadura militar (1964 – 1984), ocorreram mudanças quanto a forma de proteção social, com a retomada a visibilidade da assistência social através da criação, em 1977, do sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SIMPAS), desmembrando a assistência social da assistência médica e a incorpora ao Ministério da Previdência Social. Ocorreu ainda, o surgimento da Legislação Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1974.

Conforme Coutinho (2006), o Estado toma para si a função de regulador das demandas sociais, da vida social, administrando o acesso dos trabalhadores aos serviços coletivos diferenciando-os por clientelas – os pobres e os operários. Já a configuração capitalista faz com que operários e indivíduos, excluídos do sistema de produção, recorram aos serviços sociais até mesmo para própria sobrevivência.

Sob o Regime Militar, o Brasil viveu o chamado milagre econômico, quando um crescimento acelerado da indústria gerou empregos não qualificados e ampliou a concentração de renda. A industrialização ficou concentrada no eixo Rio-São Paulo, ocasionando a migração em massa das regiões mais pobres do país, principalmente

do Sertão Nordestino. Nesta época, reaparecem no cenário político forças sociais que recuperaram o espaço vedado a partir de 64, pela ditadura. Essas forças sociais se traduziam nos movimentos sociais urbanos e rurais, do sindicalismo operário aliado aos intelectuais, profissionais e uma parcela da Igreja que se posiciona a favor dos oprimidos.

A industrialização gerou uma grande parcela de desempregados e mantém um grande exército de reserva, que reduz os custos da mão-de-obra e facilita a divisão da classe operária, enfraquecendo-a em seus sindicatos, partidos e movimentos sociais. Pode-se dizer que “os progressos da economia têm raízes na pauperização relativa – e às vezes absoluta – de trabalhadores da cidade e do campo”.

Sob essas condições, manifestam-se aspectos mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas polarizam-se em torno do acesso a terra, emprego, salário, condições de trabalho em fábrica e em fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos e cidadania.

A elevação dos custos do sistema de seguridade social, do aumento de usuários e a diminuição de contribuintes, conseqüências das crises econômicas com a redução de salários e empregos formais, mas também impossibilita a expansão do sistema de seguridade social.

O milagre econômico não reduziu significativamente a pobreza e a inflação, que recrudesciam as desigualdades oriundas da concentração de renda. As novas configurações demográficas impulsionaram a elevação de custos dos sistemas de seguridade social, com contingentes cada vez maiores de usuários. Ao

mesmo tempo, tem-se diminuição de contribuintes, resultante da crise econômica que reduz os níveis salariais e o volume de empregos formais. O empobrecimento das camadas médias urbanas as institui como novos usuários de serviços sociais públicos, notadamente na área da saúde, instalando novas demandas por disponibilidade e qualidade de serviços. A possibilidade de expansão da seguridade social vê-se restringida por seus aportes financeiros neste momento requeridos para os ajustes econômicos promovidos pelo governo. Cortam-se gastos com a seguridade ao mesmo tempo em que se ampliam as demandas por serviços sociais. (SILVA, 1999, p. 20)

O fim do regime militar e a redemocratização do país buscaram a construção de uma nova ordem econômica, política e institucional para o país, em sua transição democrática.

As políticas formuladas pelo Estado, quando incorporavam interesses da sociedade civil e do mercado, geralmente eram marcadas pela exclusão e acabavam sendo seletivas, beneficiando setores restritos, atingindo alguns trabalhadores, interesses do capital nacional e internacional. Os grupos não-governamentais, que tinham participação nas discussões, eram restritos aos sindicatos e alguns poucos grupos organizados.

As políticas sociais brasileiras segundo NEPP (1989), desenvolvidas entre a década de 30 e os anos 70, foram construídas sob a égide de uma modernização conservadora, a proteção social estava fundada sob o princípio do “mérito”, como definidor, seja da relação inclusão/exclusão no sistema, seja do acesso aos bens e serviços sociais, públicos e privados. Este modelo contribuiu para cristalizar formas particularista e corporativistas de clientelismo e privilégios, segundo uma “ética” do favor, da doação.

Com a nova República, inaugurada em 1985, a questão social passa a ser motivo de preocupação, mesmo com as novas idéias vigentes, alguns casos ainda eram tratados como problema de polícia. A situação era grave e as perspectivas de mudanças estavam distantes, conforme Ianni (1998), enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece. De um lado existe uma sociedade industrializada e dinâmica; de outro, uma parte da sociedade vivendo em níveis de miserabilidade e de marginalidade urbana. A sociedade apresentava-se como uma fábrica de desigualdades e antagonismos que constituíam a questão social.

Através da constituição de 1988, a Constituição Cidadã, assim chamada por Ulisses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, foram alinhados os princípios que regularão a relação Estado/Sociedade como questão social em nossos dias. Dois eixos básicos orientaram o texto constitucional, a justiça social coloca-se como fundamento da transição democrática, traduzindo-se na diminuição das desigualdades e na ampliação da cidadania, refletida em medidas que visam à ampliação e à universalização dos direitos sociais. Outro eixo foi quanto a desburocratização e a descentralização via municipalização, participação popular e a integração de serviços.

É a constituição que define os direitos sociais dos cidadãos e expande o espaço público, fazendo com que novos atores se coloquem como legítimos interlocutores do governo, e as organizações da sociedade civil ocupem seu espaço, utilizando-se de estratégias como a prática da denúncia, da reivindicação e do uso

de benefícios esporádicos. Os campos das políticas e das questões sociais tornam-se um espaço político privilegiado.

Essa transformação tem como proposta a busca de alternativas que levem as novas relações em que a forma de tomada de decisão passa a ter uma postura de negociação e de participação da sociedade civil. A constituição de 88 reafirma os princípios e os conteúdos das pretendidas reformas, projetando um novo perfil no sistema de proteção social, via políticas sociais.

A assistência social historicamente identifica-se no campo da filantropia, o reconhecimento dela, como política social pública, vai acontecer, através da Constituição Federal de 1988 e com a aprovação da LOAS em 1993.

Assistência social é ato de direito e não ato de vontade ou liberdade. Como direito, tem responsabilidade pelos resultados do que faz e não só vontade de inaugurar coisas novas ou novos nomes. Como direito, a assistência social é obrigação para a coletividade. (SPOSATI, 1988, p 79)

Em 1988, a previdência unifica saúde e assistência, regulamentada na constituição cidadã. Pontos chave da nova constituição no processo de políticas públicas são a descentralização e a participação da sociedade civil. Esta estratégia pode se encaminhar para uma democratização da relação Estado/Sociedade, ou para uma simples racionalização administrativa.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) privilegiará a universalidade da cobertura de atendimento social, sob a responsabilidade de coordenação do Estado em suas diferentes instâncias, contemplando as populações urbanas e rurais. Como diretrizes de gestão, pautará a descentralização político-administrativas, o comando único em cada unidade federativa e o controle social das ações públicas de assistência social, exercido

pelos cidadãos e suas organizações representativas. Dessa forma, a promulgação da LOAS estabelece um marco na ruptura com as tendências anteriormente presentes na assistência social. (SILVA, 1999, p.21).

A descentralização faz com que os municípios sejam o foco das ações do Estado e a sociedade ocupando espaços que antes não lhe eram permitidos pelo autoritarismo/centralizador. Com esse espaço de articulação, observam-se movimentos, como comitês da cidadania contra a fome e outros que influenciaram na introdução de direitos e modelo participativo na nova constituição de 1988, criando cidadãos politicamente equivalentes, embora socialmente desiguais.

O processo de democratização e descentralização significa a redefinição do papel do governo federal, que assume a coordenação das políticas públicas sociais, enquanto os municípios assumem a execução dessas políticas. Esse formato propõe a transferência de atribuições, responsabilidades e recursos do governo federal para os níveis estaduais e municipais, bem como a autonomia de estados e municípios definirem a organização e gestão de suas políticas.

Nesse sentido, a municipalização pode ser entendida como uma forma de aproximar os serviços da população, e não apenas de repassar encargos para as Prefeituras. Segundo Tommasi (1997), o artigo 204 da Constituição de 1988 determina a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas sociais e no controle das ações em todos os níveis. As leis federais (como a Lei 8.142/90, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde, a Lei 8069/90, Estatuto da Criança e Adolescente, e a Lei Orgânica de Assistência Social), assim como as leis estaduais e municipais estabelecem a criação de

Conselhos, composto por representantes da sociedade civil e do Estado, para a definição de políticas públicas do setor social.

Esses fatos representam um avanço na direção de legitimar instâncias que garantam a convivência entre as formas representativas da democracia. As ONGs ganham relevância e as suas ações se confrontam com as práticas autoritárias do governo e com as formas conservadoras das organizações de representação popular.

Esta estratégia de gestão pode, tanto caminhar para a democratização da relação Estado/Sociedade, quanto para uma simples racionalização como proposto pelo Banco Mundial, que indica a descentralização de atividades públicas e organismos não governamentais e reitera a descentralização do Estado como mecanismo de eficiência e eficácia também nos gastos públicos.

Na visão do Banco Mundial, o desenvolvimento acarretou uma participação acentuada do Estado na economia, ocasionando desperdícios dos recursos disponíveis. A descentralização tornaria a burocracia estatal sintonizada a sua clientela e capaz de estabelecer conexão eficiente entre “inputs e out puts”, transferindo competências, redistribuindo o poder e responsabilidades, bem como buscando dar eficiência aos gastos públicos. (JUNQUEIRA apud SILVA, 1999, p. 20)

Como forma de descentralização e envolvimento da sociedade e setor privado, através da responsabilidade social empresarial, são criadas Leis de incentivo fiscal ao desenvolvimento de projetos na área de assistência social, voltados a qualificar, incentivar e melhorar os serviços assistenciais, buscando a elevação do padrão de qualidade de vida da população que apresenta vulnerabilidade social.

“A Lei Rouanet é um exemplo, criada em dezembro de 1991, é uma Lei Federal de Incentivo a Cultura, sob o nº 8.313, institui políticas públicas para a cultura nacional, com base na promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais. Ela possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) aplicarem parte do imposto de renda em ações culturais. No Rio Grande do Sul, através da Lei nº 10846 de agosto de 1996 (LIC), foi instituído no âmbito Estadual o incentivo às atividades culturais, através da renúncia fiscal através do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços).²”

“Em dezembro de 2006, ocorreu a aprovação da Lei Federal 11.438, instaurando incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo pelo viés social, funcionando como uma ferramenta para realizar a inclusão social, até o ano de 2015.³”

“A Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aprovada sob o nº 11.346 em setembro de 2006, tem como objetivo assegurar de forma sustentável o direito humano à alimentação adequada para toda população brasileira. Depois de criar o Fome Zero, o Governo Federal institui um marco legal para as políticas de

² LEI ROUANET. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismos-de-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/informacoes-gerais-lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/>>. Acesso em 27 ago. 2009.

LEI DE INCENTIVO A CULTURA. Disponível em: <<http://www.lic.rs.gov.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

³ LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438compilado.htm>. Acesso em: 27 ago. 2009.

alimentação no País. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem o objetivo de executar e acompanhar os programas de segurança alimentar, por meio de ações realizadas em parceria com as três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e a Sociedade Civil. O termo “segurança alimentar” foi introduzido na administração pública nos anos 90, e segue orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), para combate à pobreza por meio de políticas alimentares.⁴”

“O Estado Gaúcho cria o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS) – Lei da Solidariedade, que viabiliza a parceria entre governo, entidades e empresas para realização de projetos sociais, instituído pela Lei 11.853 em 29 de novembro de 2002 e regulamentado pelo Decreto 42.338 de 11 de junho de 2003. Esta parceria consolida-se com a adoção de projetos sociais elaborados e executados por entidades sociais, bem como o setor produtivo (empresas) que financiam utilizando o incentivo fiscal oferecido pelo Estado, através do ICMS. Os projetos apoiados pelo PAIPS são os Centros de Referências Alimentar (CRAN), restaurantes populares, cozinha-escola, cozinhas-comunitárias, padarias comunitárias, pequenas agroindústrias associativas e comunitárias, capacitação e cursos da segurança alimentar e nutricional, fortalecimento institucional das organizações de base, inclusive fóruns técnicos. ⁵”

⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/static/eventos/losan.htm>>. Acessado em: 27 ago. 2009.

⁵ LEI DA SOLIDARIEDADE. Disponível em: <http://www.stcas.rs.gov.br/portal/index.php?menu=solidariedade_viz&cod_noticia=185>. Acesso em: 27 ago. 2009.

“A Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, em maio de 2007, fez o lançamento da Rede de Parceria Social, que leva apoio técnico e financeiro para projetos sociais. A rede foi construída em parceria com a iniciativa privada e terceiro setor. Atende atualmente 83 iniciativas nas áreas da infância e adolescência, geração de trabalho e renda, inclusão digital, preservação ambiental e cultura.⁶”

O sociólogo Léo Voigt, em entrevista, editada na revista IHU Online de junho de 2005, afirma que, além da intensificação crescente das empresas no apoio de projetos sociais de interesse público, elas tendem a fazer isso, identificada com as prioridades públicas, apontadas pelo Estado no Brasil. Existindo uma interlocução com as políticas públicas é que muitas destas experiências empresariais findam, contribuindo com o próprio aprimoramento da política estatal.

Ao atuar alinhada às políticas públicas, a empresa pode contribuir para o fortalecimento do papel do Estado, [...] na busca de soluções efetivas para os problemas sociais existentes. (AMCHAM apub RICO, 2004)

Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, esses incentivos ainda são pouco utilizados pelas empresas em suas ações de responsabilidade social, acreditando-se que motivado pela falta de conhecimento.

⁶ LEI DA SOLIDARIEDADE. Disponível em: <http://www.stcas.rs.gov.br/portal/index.php?menu=redesocial_viz&cod_noticia=188>. Acesso em: 27 ago. 2009.

2.2 - Responsabilidade social empresarial : abordagens e análise

O século XIX, foi o marco do capitalismo das grandes empresas, nos principais países da Europa e EUA, com a mecanização da produção e sua massificação. Junto a isso tivemos a divisão das etapas de trabalho sem nenhuma intervenção do Estado, que tinha como obrigação proteger as propriedades e desenvolver as ações sociais, utilizando os impostos gerados pelas empresas.

Entre os principais problemas dos trabalhadores estavam as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, a ausência de legislação trabalhista e previdenciária e a mecanização do ser humano. Dessa forma a alteração do processo produtivo, ocasionada pela revolução tecnológica e pela aplicação da “ciência”, na organização do trabalho, foi um dos primeiros elementos a trazer à discussão o conceito de responsabilidade social empresarial. Suas conseqüências afetaram as relações de trabalho existentes na época, gerando debates a respeito das obrigações empresariais em relação a seus empregados. (TATIM, 2009, p. 41)

Segundo Tatim (apud Kakotti e Aragão, 2009), a responsabilidade social era considerada muito mais como obrigação dos indivíduos proprietários e administradores, e não propriamente das empresas.

A alteração do processo produtivo agravou problemas sociais e ambientais, reduzindo o nível de qualidade de vida das pessoas. Aliado a isso ocorreram fatos como o processo da grande depressão e as duas grandes guerras mundiais, levando a um novo debate do papel das empresas sobre os problemas sociais na sociedade.

Em 1953, o julgamento do caso A P Smith M Company versus BarloW, ocorrido nos EUA, no qual a suprema Corte de Nova Jersey, julgou de forma favorável as doações de recursos para a Universidade Princeton, e que a empresa

não deveria responder apenas aos interesses de seus acionistas, que visavam apenas à maximização do lucro, pode ser considerado como um marco sobre um novo pensar da responsabilidade social empresarial.

...foi favorável à doação de recursos para a Universidade Princeton, contrariando aos interesses dos acionistas. A justiça determinou, então, que uma corporação pode buscar o desenvolvimento social, estabelecendo em lei a filantropia corporativa. (ASHLEY, 2002, p. 19)

Acontecimentos nas décadas de 60 e 70, guerra do Vietnã, crise mundial do petróleo e a nova ordem econômica, com a globalização da economia e transnacionalização das empresas, mobilizaram organizações empresariais na Europa e EUA, na busca do reconhecimento do ser humano e a questão do meio ambiente.

...fracasso, tanto do modelo socialista, como do modelo capitalista vigente, demarcam a transição para o período do capitalismo desorganizado (Santos, p. 79), determinando o surgimento da chamada nova ordem internacional, caracterizada pela globalização da economia, a transnacionalização das estruturas de poder e reestruturação do trabalho. (TATIM, 2009, p. 44)

A globalização reestruturou, mundialmente, o capitalismo e solidificou as políticas neoliberais recomendadas por instituições financeiras internacionais, com a diminuição do interesse e da capacidade estatal de regulação, resultando no encolhimento dos gastos públicos, aprofundando a exclusão social e política, surge nesse espaço o ativismo social empresarial, que segundo Coutinho (2006), em nosso país, levou a denominação de “empresas socialmente responsáveis”. Estado com necessidade de livrar-se dos investimentos de proteção e garantias dos direitos sociais, de outro a demanda por cidadania e justiça social.

Cidadania e solidariedade são demandadas, então, exatamente no momento em que os governos dos anos 90 eram impelidos, pelo modelo econômico neoliberal adotado, a livrar-se do investimento em obrigações públicas de proteção e garantia eficazes dos direitos sociais...a entrada, neste terreno do ativismo social voltado para o benefício público, de um ator nele inesperado: o empresariado. (PAOLI, 2005, p. 377 e 378)

O contexto de ascensão da responsabilidade social empresarial é de transformações importantes referentes à reestruturação e ao afastamento do Estado no que diz respeito ao social. Assim tal ascensão deve ser entendida como “um fenômeno participe dessas transformações gerais, como produtos delas” (Montaño, 2002).

Neste cenário de descentralização e participação da sociedade civil surgido na transição de um Estado democrático com a adesão política a um modelo econômico neoliberal globalizado, temos o surgimento das empresas como um novo ator de ação social em nosso país. Empresas que ao mesmo tempo cobram essa postura neoliberal do Estado e preocupam-se com o aprofundamento das desigualdades sociais, que acabam refletindo em seus negócios, direta ou indiretamente.

Nessa "nova" configuração de Estado, surge uma liberação das competências do mesmo, tornando-o livre de suas obrigações sociais com seus direitos e deveres. Na concepção do Estado Mínimo há uma conseqüente retração dos investimentos em políticas públicas e sociais, descentralização dos projetos sociais e privatização de alguns serviços sociais básicos. Neste sentido cria-se um espaço para as organizações e instituições da sociedade civil e as fundações empresariais atuarem junto à problemática social, desencadeada por uma crise sociopolítica-econômica, sem precedentes na sociedade brasileira. Todavia, é preciso compreender que esses investimentos empresariais estão ocorrendo num contexto político, econômico e social que afetou diretamente os negócios das empresas. (RICO, 2004)

No Brasil, não há estudos sobre a história de uma filantropia empresarial, um país em que o mercado e a indústria se desenvolveram tardiamente e segundo Silva (1999), a ação social, ao longo da história, foi objeto de intervenção de diferentes grupos sociais e instituições, com destaque para o Estado, o Empresariado, o Movimento Sindical e a Igreja. Desprovidos de leis trabalhistas e políticas públicas, os operários recorriam à assistência da igreja e do sindicalismo.

Caracterizar a forma como a responsabilidade social empresarial no Brasil é praticada constitui-se uma tarefa complexa e difícil...a falta de informações. Ainda são poucos, e pouco abrangentes, as pesquisas sobre o tema no Brasil. A maior parte das informações disponíveis se origina de instrumentos criados para conferir transparência à responsabilidade social empresarial, a partir de informações fornecidas pelas próprias empresas. (TATIM, 2007, p. 156 e 157)

A ação de responsabilidade social, intensificada nos anos 90, é caracterizada por um conjunto de ações, normas e condutas de conteúdo social/ambiental, desenvolvidas pelas empresas através de parcerias com o Estado, o capital e a sociedade civil.

Estudos sobre as tendências da filantropia empresarial revelam, no entanto, que esta é expressiva e vem crescendo significativamente nos últimos anos.

Não há dados consistentes que mostrem as tendências no número de empresas participantes e nos valores agregados de seus donativos. Contudo, há fortes indícios de que o número de empresas envolvidas em alguma forma de filantropia é considerável. (ARCO apud LANDIM, L., 2000, p 68)

O Instituto de Economia Aplicada e estatística (IPEA), realizou a Pesquisa Ação Social das Empresas, desde 1999, a fim de conhecer a atuação social das empresas em cinco regiões do Brasil, abrangendo aproximadamente sete mil empresas. Segundo o IPEA, a ação social das empresas é qualquer atividade que

as empresas realizam para atender às comunidades, nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento comunitário, dentre outras. Essas atividades abrangem desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições até grandes projetos mais estruturados, podendo inclusive estender-se aos empregados das empresas e a seus familiares.

Ou seja, são as ações de caráter social realizadas junto à comunidade, podendo ou não incluir empregados e familiares, desconsiderando aquelas de caráter obrigatório e legal, como normas ambientais, contribuições compulsórias e o atendimento obrigatório aos empregados, como vale-transporte. No Rio Grande do Sul, também é possível destacar várias iniciativas empresariais. De acordo com informações coletadas pela pesquisa do IPEA, 19% das empresas pesquisadas nessa região utilizam uma entidade, criada pela empresa, para executar ações sociais, representando o maior percentual entre as regiões.⁷

Em outra pesquisa realizada pela Fiergs em 1999, dentre os benefícios oferecidos aos funcionários as modalidades mais frequentes são as definidas por lei: alimentação-restaurante, ticket-refeição e cestas básicas. Após é citado planos de saúde, transporte, educação, programas de segurança no trabalho e creche.

Nessa mesma pesquisa, os empresários gaúchos entrevistados manifestaram da importância das empresas em desenvolver ações de interesse social, a fim de contribuir para a sociedade e não esperar pelo governo, ao mesmo tempo em que demonstraram o temor quanto a um aumento nos custos de produção para

⁷ INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/tda1999a.html>>. Acesso em: 30 abr. 2006.

realizarem as ações sociais. Quase metade dos entrevistados manifestou que pagando impostos e exigindo respostas do governo seriam a melhores formas de estarem contribuindo com a melhoria das questões sociais.

Pode-se identificar e citar duas fortes razões que levaram ao desenvolver mais intensamente a noção de responsabilidade social empresarial nos últimos anos, aqui no Brasil. Primeiro foi o crescimento ao longo da década de 90 do ideário dos direitos do consumidor, exigindo das empresas condutas mais responsáveis e éticas nos seus produtos.

Diante dessa nova organização empresarial global, as organizações privadas possuem uma nova diretriz nos rumos da obtenção do lucro, pois simplesmente as vantagens oferecidas em relação ao valor (preços) não estão sendo suficientes para a obtenção de um mercado consumidor. Cada vez mais a qualidade do produto está relacionado à relação da empresa com a sociedade e seu comportamento ético e esses fatores determinam o comportamento dos consumidores. (PAES, 2003, p 25)

A segunda refere-se à mudança na forma de pensar e desenvolver as políticas sociais nos anos de 1980 e 1990. Com a retração da cobertura social estatal pelo aumento de seus usuários, baixa arrecadação e com uma visão mercadológica no sistema de proteção social, começam-se a enfatizar e chamar uma maior participação da sociedade no enfrentamento à pobreza.

[...] inédita ocupação, pelo empresariado brasileiro, do espaço “público não-estatal” de ação social aberto pelo encolhimento, admitido pelo próprio governo, das garantias e direitos legais. Uma parcela desse empresariado, diante do aumento das desigualdades sociais e da pobreza no país, lança-se ativamente no campo social, chamando seus pares à responsabilidade para com o contexto no qual desenvolvem seus negócios, e nesse movimento redefinindo o sentido e o modo de operar da velha filantropia, aproximando-a da noção de cidadania...prevenção do futuro e respondendo às demandas da reinserção social. Isto pode ser visto através do privilégio dado aos temas da infância, da família e da educação como áreas de responsabilidade social empresarial diante da crescente deteriorização da vida coletiva. (PAOLI, 2005, p 385 e 386)

Estado, empresas e organizações da sociedade civil expandem o ideário de parceria como estratégia de ação em relação às questões sociais, materializando-se através da montagem de fundações, associações e apoio as ONGs, denominado terceiro setor, que servem como canais para efetivar os investimentos do setor empresarial na área social.

[...] a ação responsável empresarial legitima-se, antes de tudo, no interior do assim chamado "terceiro setor", que reivindica um modelo de regulação social mais eficaz do que o realizado pelo Estado, portanto a ser realizado em outro lugar: a sociedade civil, composta por uma grande diversidade de ações, atores e organizações, que se unificam pela recusa em pertencer ao âmbito do Estado e do mercado. (PAOLI, 2005, p 380)

As Organizações não governamentais (ONGs) são como uma das principais vias de comunicação entre as empresas e as questões sociais, agindo nos mais diferentes contextos nacionais, atuam em vários campos como os de arte e cultura, educação, recreação, saúde, assistência social, defesa de direitos humanos e de minorias, feminismo, ambientalismo, desenvolvimento comunitário, fortalecimento de organizações de base. São mercados de trabalho e também terreno de ação voluntária. Mobilizam grande quantidade de recursos materiais, de origens tão diversas quanto governos, indivíduos, famílias, empresas, igrejas, fundações e associações. Na maioria são pequenas, embora freqüentemente seu âmbito de atuação possa ultrapassar fronteiras nacionais. São de natureza privada, mas não são empresas. Atuam em benefício público, mas não são órgãos de governo. São as chamadas organizações sem fim lucrativo e possuem uma boa e confiável gestão.

[...] "sociedade civil" que, primeiramente através e movimentos sociais autônomos e politizados, e depois de organizações não-governamentais profissionalizadas, deslocou o ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social. Se o caminho aberto pelos movimentos sociais era fortemente politizado e implicava a demanda direta da população carente organizada por bens públicos, o caminho das ONGs opta por representar as demandas

populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada da participação popular...não é que as ONGs podem pensar bem os serviços sociais, mas o de que “as ONGs sabem gastar bem”, e portanto executarão melhor estes serviços. (PAOLI, 2005, p 378 e 384)

O foco de ação da responsabilidade social empresarial pode ser interna e externa, sendo que na primeira o foco são os funcionários e seus dependentes, podendo estender-se para os terceiros e parceiros. Refere-se à gestão de questões relativas ao trabalho, ambiente, direitos, crescimento e desenvolvimento profissional, benefícios e remuneração, entre outros. No foco externo as ações são voltadas para as necessidades das comunidades, geralmente no entorno da empresa, através de doações de produtos e equipamentos, prestações de serviços voluntários, estabelecimento de programas de voluntariado, apoio ou financiamento de programa de projetos sociais, culturais e ambientais, entre outros trago aqui o exemplo do Programa Fome Zero, lançado em 2003 pelo governo federal.

Segundo Coutinho (2006), os projetos sociais buscam, através de ações integradas, transformar a realidade de uma parcela da sociedade, reduzindo ou solucionando problemas/necessidades de grupos que não conseguem solucioná-los por meio de mercado. Os projetos compreendem uma determinada destinação de recursos e responsabilidades em um período de tempo determinado.

Coutinho também faz uma diferenciação conceitual de projeto, programa e políticas sociais.

Um programa social é um conjunto de projetos; e uma política social, por sua vez, é um conjunto de programas. Projetos e programas são a tradução operacional das políticas sociais. Um projeto envolve ações concretas a serem desenvolvidas em um horizonte de tempo e espaço determinados, restrita pelos recursos disponíveis para tal. Os programas,

em geral, envolvem horizontes de tempo mais longo que os projetos. Pode-se, portanto, analisar um programa por meio do estudo dos projetos que o compõem. (CEPAL apud COUTINHO, 2006).

O processo de avaliação de um projeto é uma etapa muito importante, permitindo utilizar melhor os recursos, obter informações para outras iniciativas e correção de rumos dos projetos.

Atenção especial deve ser dada ao processo de avaliação, que permite alcançar de forma mais adequada os resultados, com melhor utilização dos recursos, além de munir os formuladores e gestores de informações importantes para o desenho de futuras iniciativas ou para correção de cursos de atuação, como um mecanismo de retroalimentação. (COHEN E FRANCO apud COUTINHO, 2006)

Coutinho (2006) indica a eficácia como conceito mais utilizado na avaliação dos projetos, que é o grau que se atinge os objetivos do projeto em um período de tempo, com a qualidade esperada independente dos custos.

...custos e benefícios não deveriam ser medidos apenas em termos financeiros, devendo também ser considerados segundo dimensões sociais e psicológicas (NARAYAN apud COUTINHO, 2006)

Buscando contextualizar as principais correntes teóricas sobre responsabilidade social empresarial e seus contrapontos, utilizaremos uma síntese comparativa trazida por Tatim (2009, p. 77), conforme quadro abaixo:

Correntes	Concepção de responsabilidade social	A quem se dirige	Objetivos e resultados
Clássica	Legal, após Lucro	Acionistas	*Lucro acionistas

			*Cumprimento leis *Geração de empregos/impostos
Filantropia Estratégica	Instrumental, após o lucro	Aos acionistas e após aos demais públicos	*Relação positiva entre a RSE e o desempenho da empresa
Ética Empresarial	Substantiva antes do lucro	A todos os públicos interessados	*Por ser a ação moralmente correta *Relação positiva entre a RSE e o desempenho da empresa
Crítica	Instrumentalização das noções de ética e responsabilidade	A sociedade em geral	*Estratégia de legitimação social

A corrente clássica da responsabilidade social empresarial tem a concepção no sentido legal, expressa compromissos e condutas das empresas em relação àquilo que compulsoriamente para elas, como: pagamento das obrigações trabalhistas, sociais e tributárias, sejam elas devidas diretamente aos trabalhadores, ou para as diferentes instâncias públicas ou de governo.

A filantropia aqui é uma questão de voluntariado da empresa, no pós-lucro e no momento posterior das suas ações, o que representa um tipo de responsabilidade extremamente frágil, pois a sonegação fiscal e tributária, o desrespeito ambiental na produção, a falta de cumprimento de normas de saúde e segurança no trabalho afetam a qualidade de vida dos trabalhadores e da sociedade e podem ser apenas tratadas, e elas precisam ser prevenidas.

Esta corrente é contestada no sentido de que a empresa é um espaço não natural, sem sentimento, sem obrigação moral de ajuda as pessoas, portanto sem filantropia. Motivo que não se caracteriza como um ente sem responsabilidade social além das questões legais.

Na opinião de Friedman (1984), as empresas são definidas por seus interesses econômicos e considerar que elas fazem outra coisa é uma hipocrisia. Segundo ele, só as pessoas podem ter responsabilidades. Uma corporação é uma pessoa artificial (jurídica) e, nesse sentido, pode ter responsabilidades artificiais (legais), mas quanto aos negócios, como uma totalidade, não se pode dizer que tenham responsabilidades, nem sequer em sentido vago. A responsabilidade moral é a que temos, nós seres humanos, perante os grupos, as comunidades e a sociedade e não vice-versa. (TATIM, 2009, p.69)

Através da filantropia estratégica a empresa também na faixa do pós-lucro, instrumentaliza ações filantrópicas visando a melhores resultados competitivo, focando primeiro os acionistas e no segundo momento aos demais públicos.

Apesar dessa versão apresentar um discurso que apela à ética e à convergência entre os interesses econômicos e sociais, é possível identificar em seus fundamentos a visão restrita da responsabilidade em suas dimensões econômica e legal, posto que o objetivo primeiro da filantropia estratégica é gerar competitividade e agregar valor ao negócio, sendo as eventuais contribuições à sociedade apenas o seu “efeito colateral”. (TATIM, 2009, p. 70)

Esse tipo de responsabilidade expressa a incorporação de iniciativas sociais nas ações gerenciais das corporações, são ações no âmbito social e no educacional, por exemplo, distribuindo benefícios aos empregados, dependentes e à comunidade em torno.

Segundo IPEA (1999)⁸, acredita-se que grande parte dos benefícios não obrigatórios, concedidos pelas empresas aos seus empregados e familiares, é conquista de negociações entre trabalhadores e seus empregados.

Muitas empresas, segundo Tatim (2007), utilizam a concepção de filantropia empresarial para vender e tornar pública a imagem de seus produtos (marketing, promoção, publicidade, rentabilidade). Sendo que os custos dessas atividades, incluindo os investimentos sociais, são repassados ao preço final do produto, portanto são mecanismos comerciais com objetivos econômicos que não oneram a empresa. Esses investimentos são concretizados em ações de uma gestão empresarial, caracterizados com os princípios de eficiência e rentabilidade, através das organizações do chamado terceiro setor, deixando em dúvida se essa filantropia é movida pelo espírito de solidariedade, ou pelo interesse.

...o predomínio dos procedimentos de gestão mercantil no espaço da filantropia, se apresenta como um argumento de legitimidade tanto mais forte quanto mais a base de generosidade for organizada como uma empresa. Nestas ênfases, as realizações do trabalho social viram produto, cujo público é formado pelos acionistas e consumidores, o que pode estar mostrando que a racionalidade econômica dos interesses privados deve comandar bem mais a filantropia empresarial do que o compromisso ético com a sociedade. (TATIM, 2007, P 157)

⁸ INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/tda1999a.html>>. Acesso em: 30 abr. 2006.

A linha da corrente ética empresarial, passa pela definição de desenvolvimento sustentável da ONU (1987), “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (TATIM, 2009, p. 72). Ela começa antes do lucro, no planejamento de como produzir seus produtos, assim como se relacionar de forma ética e correta com todos os grupos de interesse.

A empresa torna-se uma rede de relacionamentos entre o grupo de interesses ligados ao negócio, onde indivíduos, grupos, organizações e instituições que afetam a existência e operação da empresa ou são afetados por ela.

No livro *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*, (ASHLEY, 2002, p 37) a autora faz uma sugestão sobre como a empresa deve agir com relação aos seus grupos de interesse (stakeholders) para obter resultados eficiente, conforme quadro abaixo:

Orientação	Objetivo	Visão
Acionistas	Maximização do lucro	Econômico
Estado/Governo	Cumprir obrigações legais	Jurídica
Empregados	Reter e atrair funcionários qualificados	Da área de Recursos Humanos
Comunidade	Relacionamento socialmente responsável com a comunidade inserida	Assistencialista

Fornecedores e compradores	Relações comerciais éticas	Cadeia produção e consumo
Publicação de relatórios e Promoção da marca	Balanço Social	Marketing Social
Ambiente Natural	Desen. Sustentável	Ambiental

A responsabilidade social da empresa na orientação para os acionistas tem como foco a maximização do lucro, pois não é função da empresa preocupar-se com as questões sociais, cabendo ao Estado essa responsabilidade. Pela visão econômica, só se pratica ações que irão aumentar a lucratividade da empresa.

Para o Estado / Governo, a orientação da responsabilidade social empresarial tem como objetivo o cumprimento das obrigações legais, sob uma visão jurídica de ter uma postura ética socialmente responsável, como por exemplo: não praticar sonegação fiscal, não usar indevidamente os incentivos fiscais, não desrespeitar a legislação vigente, não realizar práticas desleais de concorrência, violando normas definidas por órgãos governamentais.

A orientação para os empregados vê a responsabilidade social como uma forma de atrair e reter funcionários com qualificação, pois bons profissionais escolhem cada vez mais migrar para empresas socialmente responsáveis, onde seu talento possa ser reconhecido, passando por planos de benefícios e ações de segurança no ambiente de trabalho. A área de recursos humanos da empresa é que tem a responsabilidade de desenvolver este objetivo.

Na orientação para a comunidade a responsabilidade social é visualizada como um ato assistencialista, realizada de forma esporádica e estratégica. Esta orientação tem como objetivo impactar fortemente na sociedade, estimulando a geração de empregos para o desenvolvimento de ações que buscam novas formas de inserção social.

Já na orientação fornecedores e compradores, a responsabilidade social flui para a cadeia produtiva e de consumo.

A base é o comércio ético, seja nacional ou internacional, tanto com relação aos fornecedores – seleção, capacitação e retenção de fornecedores éticos em suas diversas dimensões (econômica, ambiental e social) – quanto com relação aos compradores – educação do consumidor ou comprador, informação recíproca para o cuidado com a seleção, uso e descarte de produtos e serviços. (ASHLEY, 2002, p 38 e 39)

Quanto a orientação para a publicidade de relatórios e promoção de marca, tem como objetivo a publicação do balanço social, usando modelos como IBASE ou Ethos, visando o marketing de relacionamento social.

Para a orientação ambiente natural a responsabilidade social busca o desenvolvimento sustentável, utilizando-se de padrões internacionais em seu sistema de gestão, como a certificação ISO 14000, que integra fatores como tecnologia, recursos, processos, produtos e pessoas, visando minimizar os efeitos que suas atividades causam ou podem causar ao meio ambiente.

Considerar os aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e legais presentes nas relações com os stakeholders da empresa é um passo necessário para posicionar a orientação estratégica quanto à responsabilidade social dos negócios. A imagem que se tem do conceito de empresa afetará a amplitude de visão e de mudança quanto à responsabilidade social nos negócios. (ASHLEY, 2002, p 39 e 40)

A responsabilidade ética se traduz, por exemplo, em negócios honestos, na produção de bens e serviços confiáveis e de qualidade (que não tragam problemas à saúde dos consumidores e da sociedade em geral), no fornecimento de informações úteis à sociedade sobre o que fazem. Ela pode ser avaliada pelo seu código interno e em relação aos consumidores, concorrentes, governo e sociedade.

Nessa linha da corrente ética empresarial, Ciro Torres (2000) define a responsabilidade social da empresa como um conjunto de ações, normas e condutas de conteúdo social e/ou ambiental – realizadas tanto de forma obrigatória quanto voluntária -, desenvolvidas e divulgadas por empresas privadas e públicas, tendo a ética como pilar – honestidade, responsabilidade e busca de transparência -, visando tanto o interesse público – o bem comum e o bem-estar social -, quanto o interesse privado – a garantia de sobrevivência da empresa e o lucro em longo prazo.

A nova política de desenvolvimento deve se basear na busca incansável da transformação produtiva com equidade social. A nova ética é a da coresponsabilidade dos grandes setores da vida brasileira (governo, mundo empresarial e terceiro setor) no enfrentamento das desigualdades sociais intoleráveis. (SENNA apud RICO, 2004)

A corrente crítica da responsabilidade social empresarial tem por objetivo a legitimação das empresas modernas, que se mostram preocupadas com as questões éticas de produção, envolvidas nas causas sociais. Essa corrente é focada no âmbito de toda a sociedade, consolidando sua imagem de empresa-cidadã perante todos os grupos de interesse da empresa.

A empresa transmite a imagem de um novo espaço de cidadania, de identidade do indivíduo e um produtor da integração social das pessoas, substituindo o papel do Estado.

O conceito liga-se ao de cidadania empresarial, representando sua preocupação, com a promoção do bem-estar social de seus trabalhadores, familiares e comunidade que vive em seu entorno, o seu papel de fomentadora de um desenvolvimento harmônico e sustentável, com a preservação de valores dominantes da sociedade, como cidadania, dignidade da pessoa humana, trabalho, soberania e pluralismo político e a criação e desenvolvimento de uma consciência ética nos negócios, visando à tomada de decisões morais e socialmente responsáveis.

Essas duas correntes são discutidas por diversos autores como um movimento que não resulta em mudança na cidadania, apenas são ações para manutenção do espírito acumulativo do capitalismo de seus negócios.

Iniciamos falando sobre o pensamento de Paoli (2005) que cita a ambigüidade da responsabilidade social empresarial em relação as questões sociais, no sentido de que uma perda da deliberação popular no processo de formulação das políticas públicas, tendo em vista que as ações de investimento empresarial muitas vezes são focadas em demandas não desejadas pelos cidadãos, tornando-se propostas para assistência a pobreza e não um resgate para a cidadania.

...o sentido da “filantropia empresarial cidadã” e de sua auto-vestida responsabilidade social no Brasil está indiretamente ligada à substituição da idéia de deliberação participativa ampliada sobre os bens públicos pela noção de gestão eficaz de recursos públicos, cuja distribuição é decidida aleatória e privadamente. Nesse sentido, são práticas que desmancham a referência pública e política para reduzir as injustiças sociais. (PAOLI, 2005, p. 404)

Deliberação participativa que nos remete a uma relação dialógica com a finalidade de identificar e enfrentar um problema através de um planejamento para elaboração de projetos sociais.

Ninguém é dono do conhecimento numa dinâmica na qual se busca a participação; o conhecimento deve ser instrumento de poder coletivo e não recurso autárquico de decisão. Por sua vez, o “agente” deve também ter claro que, desencadeado um processo participativo, ele não tem retorno. As relações sociais começarão a ser modificadas desde o momento em que se “peça” a palavra dos participantes; daí por que participar, antes de mais nada, é saber ouvir e estar preparado para escutar o não. (TENÓRIO apud SOUZA, 2000)

As ações de responsabilidade social são consideradas estratégicas para as empresas e por serem nesse nível tem centralizado no corpo diretivo da corporação a decisão em que área irá investir socialmente. Corpo diretivo esse que segundo Tatim (2007) não vive os problemas da comunidade. É evidente a perda em termos de efetividade dos projetos sociais, já que os empregados tendem a ser os que mais têm condições de perceber as necessidades da comunidade, pois, em geral, são parte dela, vivem os problemas e, melhor do que ninguém, sabem o que deve ser feito para melhorar o seu padrão de vida.

Outra questão trazida está relacionada com a imagem da empresa associada a sua presença no social, que se sobrepõe ao interesse mercantil perante a comunidade, demonstrando que a empresa está atenta e preocupada com as

comunidades onde está instalada e com seus trabalhadores. Portanto a idéia mercantil vem camuflada na imagem social da empresa.

...os serviços sociais prestados retornam ao espaço da rentabilidade mercantil potencialmente agregando valor aos produtos, como não se cansam de mencionar os textos de estímulo empresarial produzidos por empresas de consultoria social a respeito a boa imagem da marca dos produtos (e não da qualidade dos próprios) de uma empresa filantrópica. Assim os serviços sociais eficientes mudam a forma dos bens materiais específicos que as empresas produzem, colocando-se a eles e atualizando-os com uma virtude até então insuspeitada, a de estar presente responsabilmente no amplo contexto local e nacional) no qual vivem os consumidores e acionistas. (PAOLI, 2005, p. 407)

O marketing da responsabilidade social, para Bourscheidt (2002), não pode ser um fim em si mesmo, mas um meio de se difundirem exemplos de sucesso, a fim de atrair novas empresas investidoras em ações sociais. Segundo Kotler (1996), cabe à organização adotar um código para atender as interesses das pessoas e não apenas aos seus próprios interesses.

O dilema que se estabelece é até onde se pode ir ao divulgar as ações sem que isso comprometa a própria imagem da responsabilidade social. Expressão (2001, p. 30) referiu, a propósito, manifestação de Luiz Carlos Dutra, presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), para ele, desde que sejam consistentes, as ações sociais devem ser divulgadas, principalmente, por servirem de exemplo a outras instituições. (BOURSCHEIDT, 2002, p. 107)

O enfoque da gestão empresarial, trazida por Tatim (2007), como mecanismo de gerir os investimentos sociais corporativos, leva a uma forma de acompanhamento e avaliação da contribuição de seus projetos e programas à sociedade apenas sob aspectos mais financeiros e mercadológicos, dificultando visualizar resultados que estejam acontecendo relacionados a cidadania das pessoas envolvidas nas ações.

...verifica-se a dificuldade metodológica para avaliar o impacto dos programas sociais levados a efeito e que mudanças operam na realidade social, uma vez que a maioria dos instrumentos disponíveis, como já citado anteriormente, tem como base as informações fornecidas pelas próprias empresas, havendo carência de auditorias sociais ou outras formas de controlar o compromisso por elas assumido. (TATIM, 2007, p 161)

Um grande questionamento nos é trazido por Paoli (2005) quanto a avaliação do impacto produzido pelas ações de investimento social das empresas e sua efetiva produção de mudança na realidade social das pessoas atingidas por essas ações, tanto na empresa (ações internas) quanto na comunidade (ações externas). O que se divulga para a autora são meros dados de retorno ao valor investido ou “percepção do público”

Também está pouco garantida a avaliação do impacto dos programas sociais levados a efeito por empresas nos espaços e populações carentes a que se dirigem, ou, em outras palavras, quais as mudanças que operaram nessas realidades sociais. É de notar que, afora os números da população assistida pelos programas, informados pela própria empresa, a discussão concentra-se quase inteiramente em uma noção de impacto que tem a ver muito mais com a de retorno (mercantil) dos recursos investidos ou à “percepção do público” (“público aqui sinonimizado aqui como consumidores e empregados das empresas que investem socialmente, além dos acionistas”), ficando-se sem saber o que e como foi transformado nas relações sociais concretas do trabalho nas empresas ou nas necessidades da comunidade que foi objeto da ação social empresarial. (PAOLI, 2005, p 399)

É interessante observar que, mesmo depois de algumas décadas do uso, o termo ou conceito responsabilidade social da empresa ainda continua algo de difícil precisão para alguns autores. Hoje, contudo, quando se fala em responsabilidade social da empresa, tem-se em conta que a empresa não pode restringir-se mais à produção, ao capital e ao lucro.

Responsabilidade social vai muito além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos. O conceito responsabilidade social é amplo: refere-se à ética como princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage:

acionistas, funcionários, consumidores, rede de fornecedores, meio ambiente, governo, mercado, comunidade. (1º Fórum de Responsabilidade Social e Ética Empresarial, Curitiba, ISAE/FGV, novembro 2000)⁹

As ações sociais das empresa são convertidas em oportunidades de negócios, estratégias de marketing. Para o desenvolvimento dessas ações buscam-se parcerias, alianças entre setores, instituições, empresas, organizações não-governamentais e órgãos do governo. É o espaço que passa a ser ocupado pela articulação do Estado – Empresariado – Sociedade Civil.

Para Paoli (2005), essas ações de investimento social das empresas por mais inovadora que possa ser, sempre terá a face conservadora da filantropia, que se focaliza em tirar da discussão pública e política as necessidades do coletivo por cidadania e igualdade para todos. Esse investimento irá atender a necessidade do indivíduo, não criando uma ação pública de direito e participação, que para a autora vai além da figura beneficiária. A presença do empresariado no espaço da cidadania é bastante positiva, mas falta ainda para a sociedade que essas ações sejam garantidas como direitos universalizados.

Esta é uma questão contraditória que coloca em cheque a filosofia e os princípios da responsabilidade social empresarial, pois os serviços sociais direcionam-se para uma camada de cidadãos definida com base em critérios diferentes daqueles da universalidade de direitos. Todavia, diante das implicações que a questão social tem colocado ao Estado, ao mercado e à sociedade civil, entende-se que, embora contraditórios (pois o empresariado possui seus próprios interesses, tais como vantagem competitiva, visibilidade nos negócios e divulgação de imagem), os investimentos sociais empresariais revelam um compromisso público do empresariado no enfrentamento das desigualdades sociais, buscando colaborar com o desenvolvimento social sustentável. (RICO, 2004)

⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/Instituto Superior de Administração e Economia. Disponível em: <<http://www.isaelbrasil.com.br>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

A empresa tem a responsabilidade de produzir bens e serviços sociais para a melhoria da qualidade de vida da população, produzir serviços de qualidade cada vez maior, gerar progresso social, contribuir para a preservação do meio ambiente, favorecer socialmente e economicamente as comunidades do seu entorno, e assim por diante.

As novas teorias da administração, fortemente influenciadas pelo planejamento estratégico e pela gestão da qualidade total, colocam em destaque um modelo moderno de empresa, que busca, por exemplo, a melhor adequação possível entre o capital, o trabalho e a produtividade como fatores de ganhos sociais.

Portanto, é crescente hoje em dia a preocupação das empresas em realizar investimentos que contribuam para a elevação dos níveis de qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde se inserem. Isso porque as empresas estão submetidas a um maior número de exigências do que no passado, à sua responsabilidade social

No cenário de um novo papel da sociedade civil nas questões sociais, que se consolida a responsabilidade social empresarial, apresentada como a combinação de toda a estrutura e eficiência das empresas com uma perspectiva voltada para o interesse público, visando a proporcionar melhorias à sociedade. A idéia central é que as empresas começam a ter consciência da necessidade de um papel mais amplo de sobrevivência na sociedade, indo além da geração de riqueza e lucros. Portanto, pode-se dizer que responsabilidade social empresarial é o conjunto de

discursos e práticas que revelam o envolvimento das empresas com o que se costuma identificar como “questão social”.

Frente aos novos conceitos de desenvolvimento sustentável das empresas e sua atuação no espaço de articulação entre Estado – Empresariado – Sociedade Civil, esse novo ator “empresa” vem agindo nas causas sociais, auxiliando nas políticas sociais do Estado e em algumas vezes suprindo a falta dele. A efetividade dessas ações são debatidas e questionadas por serem apenas ações de interesse econômico, sem espírito de solidariedade e não resultam em mudanças sociais, pois não atende as necessidades das pessoas. O projeto aqui pesquisado, “Prato Popular”, que atinge uma parcela da sociedade do Município de Sapucaia do Sul, busca comprovar nossa hipótese de que as ações de responsabilidade social empresarial, eventualmente são ações desencadeadoras de mudanças sociais, não sendo apenas um gerador de benefícios imediatos e econômico, sem foco nas necessidades daqueles cidadãos.

3 – Projeto “Prato Popular”

3.1 – Conhecendo o projeto

O projeto “Prato Popular de Sapucaia do Sul” iniciou em 2003 como uma ação de investimento social privado, contando com a parceria da sociedade civil, poder público e setor privado, a que a empresa disponibilizava todo o recurso para investir no projeto. A partir de 2006, a empresa Gerdau optou por aderir à lei de incentivo fiscal, passando ao Serviço Social da Indústria – SESI a função de desenvolver o projeto.

O Serviço Social da Indústria – SESI é uma entidade de direito privado, nos termos da lei civil, com encargo de prestar serviços sociais aos trabalhadores das indústrias, em empresas e comunidade em geral. Foi criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, em 1º de julho de 1946, de acordo com o decreto lei nº 9403, de 25 de junho do mesmo ano, que estabelece, como fonte de custeio, a contribuição compulsória dos estabelecimentos industriais, comunicação e pesca. O SESI tem como missão “promover a educação, a saúde e a qualidade de vida do trabalhador e seus dependentes, e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial, contribuindo para a competitividade da indústria e o desenvolvimento sustentável do Brasil”.

Fazem parte da parceria no desenvolvimento do projeto o Município de Sapucaia do Sul, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, a empresa Puras de Alimentação e o Grupo Gerdau.

O Grupo Gerdau é uma organização empresarial focada em siderurgia, com a missão de satisfazer as necessidades dos clientes e de criar valor para os acionistas, comprometida com a realização das pessoas e com o desenvolvimento sustentado da sociedade.

A Puras, contratada para servir as refeições, está hoje com dez sedes regionais e 686 unidades restaurantes em todo o Brasil, está entre as maiores empresas de refeição coletivas do mercado. Com 26 anos de atividade, ela está consolidada nacionalmente tendo como visão tornar-se uma empresa com desempenho de classe Mundial.

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS foi criada pelo Município de Sapucaia do Sul em 1977, a partir de sua desvinculação da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social. Juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, é a principal responsável pela implementação e execução da Política de Assistência Social no município de Sapucaia do Sul. A SMAS presta atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.

O Restaurante está localizado na Avenida Castro Alves, nº 836, bairro Santa Catarina no município de Sapucaia do Sul e tem como público alvo população de baixa renda em situação de vulnerabilidade do município de Sapucaia do Sul: moradores de rua, idosos, trabalhadores informais e crianças.

Segundo o SESI, o projeto está justificado perante a Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social da seguinte forma (páginas 66 até 79): “a fome no Brasil

não é causada pela falta de alimentos, mas sim pela falta de dinheiro para comprá-los. Por possuírem poucos recursos, milhões de brasileiros não têm acesso a uma alimentação adequada e, à maioria das vezes, não realizam sequer uma refeição por dia. Conforme dados divulgados pela ONU, a sociedade brasileira é a mais desigual do mundo, existindo 50 milhões de pessoas com uma renda média mensal disponível de R\$ 39,11. O fato novo é que a sociedade e as empresas instaladas no país têm demonstrado uma consciência cada vez maior de que é possível produzir e crescer sem continuar a reproduzir a pobreza. Indicador disso é o envolvimento e a participação de inúmeras empresas em projetos sociais. Embora com avanços na área das políticas públicas, o município de Sapucaia do Sul apresenta grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social. Assim, percebe-se uma realidade de incertezas e insegurança (alimentar, habitacional, de lazer, saneamento, espaços de convivência), decorrentes desta situação. Também se constata privações e ausência de renda, baixa escolaridade, significativas taxas de desemprego, mulheres responsáveis pelo sustento familiar, trabalho informal e carência de qualificação profissional, o que reforça a importância da participação e investimentos na comunidade local. O movimento de responsabilidade social corporativa tem contribuído ativamente para essa perspectiva, catalisando um processo de mudanças que é também de interesse estratégico para as próprias empresas e para aqueles que nelas trabalham. Afinal, se o Brasil vencer o abismo da desigualdade e da pobreza, vai se tornar não apenas um país socialmente mais justo, mas também constituirá um mercado extremamente propício ao crescimento sustentável dos negócios. Sendo o SESI uma Entidade prestadora de serviços sociais voltados para a melhoria da qualidade de vida e estimulando as empresas a ações de responsabilidade social, principalmente através de parcerias no

desenvolvimento dessas ações, o presente projeto prevê a continuidade das ações já em andamento para o Restaurante Popular de Sapucaia do Sul, que tem parcerias estabelecidas com o Grupo Gerdau, Puras do Brasil, Prefeitura Municipal.

Objetivo geral do projeto é contribuir para a segurança alimentar da população do município em situação de vulnerabilidade social, fornecendo refeições de qualidade, com baixo custo, bem como a promoção, em seu espaço, de ações educativas que venham estimular a geração de renda e a sustentabilidade da comunidade local.

Os objetivos específicos são:

- Promover o fortalecimento da cidadania por meio da oferta de refeições em ambientes limpos, confortáveis e em conformidade com as orientações dos órgãos de vigilância sanitária;
- Elevar a qualidade da alimentação fora do domicílio, garantindo a variedade dos cardápios com equilíbrio entre os nutrientes em uma mesma refeição;
- Estimular a adoção de práticas e hábitos alimentares saudáveis;
- Disponibilizar o espaço do Restaurante Popular para realização de atividades de interesse da comunidade.(comemorações,cursos, capacitações, reuniões...);

- Desenvolver atividades produtivas e de formação, com vistas a favorecer a inclusão social e a geração de trabalho e renda;

As ações propostas para operacionalização do projeto:

- Realizar monitoramento sistemático das condições do local;
- Realizar monitoramento diário das condições sanitárias das refeições;
- Realizar pesquisa quadrimestral para monitoramento da satisfação do público alvo;
- Fornecer refeições diárias aos usuários, conforme meta mensal estabelecida;
- Elaborar cardápio rotativo com variação semanal respeitando a sazonalidade dos insumos;
- Realizar ações sociais que promovam o desenvolvimento da cidadania, favorecendo a inclusão social e a geração de trabalho e renda;
- Disponibilizar as dependências do restaurante para ações de interesse da comunidade;

Indicadores para as ações desenvolvidas:

AÇÕES	INDICADOR	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO
Realizar monitoramento sistemático das condições do local	Resultado da avaliação	Check list de vistoria do Prato
Realizar monitoramento diário das condições sanitárias das refeições	Temperatura	Termômetro (planilha de temperatura)
Realizar pesquisa quadrimestral para monitoramento da satisfação do público alvo	Resultado de análise de satisfação	Pesquisa de satisfação
Fornecer em média 233 almoços por dia.	Número de refeições dia	Relatório de refeições
Elaborar cardápio com variação semanal respeitando a sazonalidade dos insumos	Variação do cardápio rotativo – 9 semanas	Cardápio
Realizar ações sociais que promovam o desenvolvimento da cidadania, favorecendo a inclusão social e a geração de trabalho e renda.	Número de eventos realizados. Número de participantes por atividades.	Lista de presença

Metas propostas no projeto:

INDICADOR	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	META	PERIODICIDADE
Resultado da avaliação	Check list de vistoria do Prato	90%	4 por ano
Temperatura	Termômetro	Conforme vigente junto à vigilância sanitária	Diário (guarda por 3 meses)
Resultado da pesquisa de satisfação	Pesquisa de satisfação	90%	Quadrimestral
Número de refeições dia	Relatório de refeições	233	Dia
Variação do cardápio	Cardápio Rotativo	9	Semanas
Número de ações sociais realizadas	Lista de presença	1	Mensal

Número de participantes por ação social	Lista de presença	20	Mensal
Capacitação/ Oficinas de Geração de Trabalho e Renda	Lista de presença	1	Semestral
Número de participantes por capacitação/ oficina	Lista de Presença	15	Semestral

A avaliação e acompanhamento se dará de acordo com a atendimento das ações do projeto previstos no item 4.2 deste projeto.

As ações de rotina são realizadas através de acompanhamento mensal do Comitê Gestor do Prato Popular de Sapucaia do Sul, formado pelo SESI, GERDAU, PURAS e PREFEITURA MUNICIPAL.

Será realizada reunião antes do término do projeto para os ajustes necessários para o ano seguinte.

Cabe a cada um dos parceiros as seguintes atribuições no desenvolvimento do projeto:

Empresa

a) Executor, juntamente com o SESI, o Projeto (Anexo 1), aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social, nos termos da Lei nº 11.853, de 29/1 1/2002;

b) Transferir ao SESI, mediante depósito em conta bancária específica, os recursos necessários à execução do Projeto, de acordo com o abaixo especificado, na forma prevista na cláusula Décima Primeira;

c) Efetuar o controle financeiro sobre o valor do incentivo concedido, sob pena de ter vetado futuras participações no Sistema, bem como suspensos seus benefícios nos projetos em andamento;

d) Indicar ao SESI, sob sua inteira responsabilidade, a empresa fornecedora das refeições;

e) O fornecimento de refeições será realizado em restaurante, situado no endereço indicado na cláusula primeira, cabendo a Gerdau ceder, em regime de comodato, todas as áreas, bens, equipamentos e utensílios, bem como a reposição destes utensílios e equipamentos, em bom estado de uso e conservação, e que se fizerem necessários ao fornecimento de alimentação;

f) A Gerdau deverá colocar à disposição as áreas necessárias para as atividades de estocagem, preparação e fornecimento de alimentos em condições compatíveis com as exigidas pelas autoridades sanitárias, trabalhistas e de segurança, ficando sob sua responsabilidade a elaboração e aprovação do projeto arquitetônico junto aos órgãos competentes, providenciar junto ao órgão saúde pública, do meio ambiente, bombeiros e demais, os alvarás exigidos por lei, e todas

e quaisquer providências necessárias para a perfeita execução da atividade objeto deste convênio.

g) Conferir e assistir diariamente, por preposto, a Nota de Entrega de Serviços Realizados (NES), apresentado pela PURAS;

h) A Gerdau compromete-se a fornecer uma estimativa anual das refeições a serem adquiridas, além dessa estimativa será fornecida uma previsão mensal às refeições a serem produzidos no período.

SESI

a) Executar todas as obrigações assumidas no Projeto (anexo 1) aprovado pelo Conselho Estadual de assistência Social, nos termos da Lei nº 11.853 de 29/11/2008;

b) Participar do Projeto, utilizando o repasse feito pelo FINANCIADORA para pagamento dos custos de execução do Projeto, se responsabilizando-se pela contratação de mão de obra, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais incidentes sobre a referida mão de obra;

c) Efetuar o pagamento à FORNECEDORA na forma previsto na Cláusula Décima Primeira;

- d) Movimentar os recursos recebidos do FINANCIADORA, em conta bancária específica do Projeto, mantendo em separado a guarda da documentação probatória das despesas vinculadas à execução do Projeto;
- e) Realizar o controle diário de usuários através da identificação via carteira, em planilha própria;
- f) Concluir o Projeto no prazo estipulado para sua realização;
- g) Prestar contas a FINANCIADORA e ao Governo Estadual conforme lei nº 11.853 de 29 de novembro de 2002;
- h) Apresentar, Relatório de Atendimento, com vistas à supervisão, à aprovação e a orientação técnica da SJDS, fornecendo as informações necessárias à execução de convênios, ou repasse, ou outras formas de apoio ao PRP;
- i) Prestar contas, na forma desta Instituição e das demais normas legais e regulamentares, dos recursos recebidos;
- j) Coordenar, em parceria com o município o processo de cadastramento e seleção da população beneficiária do restaurante;
- k) Manter conta corrente específica e exclusiva para o recebimento e movimentação dos recursos recebidos.

Puras

- a) Administrar o restaurante;
- b) Responsabilizar-se pela preparação dos alimentos;
- c) Servir as refeições no restaurante;
- d) Abastecer o restaurante comprando todos os gêneros alimentícios e não alimentícios, assim compreendidos os produtos de limpeza e higiene, materiais de expediente, descartáveis, uniformes e, ainda, a contratação de todos os serviços complementares à perfeita execução do presente convênio;
- e) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários que incidem sobre o fornecimento das refeições objeto deste convênio, comprovando mediante o fornecimento de cópias simples das guias de recolhimento dos encargos acima mencionados, tais como INSS e FGTS;
- f) Providenciar, diariamente, em caráter regular e sistemático, a remoção do lixo (orgânico e inorgânico), acondicionado em sacos plásticos

até o local próximo ao restaurante indicado pela empresa fornecedora dentro das suas instalações;

g) Realizar o Programa de Controle Médico de saúde Ocupacional PCMSO, na forma prevista na NR-7, bem como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, esse de acordo com a NR9 ambos com o objetivo de promoção e prevenção da saúde e da integridade dos seus empregados;

h) Permitir e facilitar a fiscalização de todas as atividades, em qualquer dia e hora, prestando, de imediato, todas as informações que lhe forem solicitadas através de sua interlocução;

i) Realizar pesquisa de satisfação dos usuários, quadrimestralmente com resultado igual ou superior a 80% de aceitação;

j) Apresentar no dia subsequente do fornecimento a Gerdau, para sua conferência e assinatura Nota de Entrega de Serviços Realizados (NES), emitida para efeito de controle das refeições fornecidas;

k) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários que incidem sobre o fornecimento das refeições objeto desse

contrato, comprovando mediante o fornecimento de cópias simples das guias de recolhimento dos encargos acima mencionados, tais como INSS e FGTS;

l) Coletar, diariamente, amostras, de todos os produtos produzidos em todos os turnos do restaurante (200 g de cada um), e armazená-los por 72 horas a uma temperatura entre 0° e 4°C;

m) Disponibilizar o cronograma de desinsetização ao Município, para que esse tenha condições de programar e realizar esses serviços;

n) Permitir e facilitar a fiscalização de todas as atividades, em qualquer dia e hora, portanto, de imediato, todas as informações que lhe forem solicitadas através de sua interlocução;

n) Proceder na venda das refeições para o público consumidor.

Município de Sapucaia do Sul

a) Promover abastecimento de água potável e energia elétrica do imóvel;

b) Manter o local do fornecimento da alimentação com toda infra-estrutura necessária ao bom cumprimento do presente convênio, bem como água potável, energia elétrica compatível à necessidade dos equipamentos instalados e/ou, gás ligações telefônicas, serviço de limpeza da área de acesso ao restaurante, desinsetização e desratização;

- c) Efetuar o pagamento dos reparos necessários à conservação do imóvel destinado ao restaurante, inclusive limpeza das caixas d'água e de gordura;
- d) Providenciar os alvarás e licenças necessárias ao funcionamento do restaurante;
- e) Providenciar o serviço de segurança e vigilância do local;
- f) Coordenar em parceria com o SESI o processo de cadastramento e seleção da população beneficiária do restaurante.¹⁰

3.2 – Os Métodos da pesquisa

Com o objetivo de identificar junto aos usuários do projeto de responsabilidade social, “Prato Popular”, buscamos na experiência de pesquisas já realizadas na linha de qualidade de vida, pela organização SESI, elencando algumas categorias para medir a ocorrência ou não de mudanças sócio-econômicas, sob a ótica de uma vida saudável (alimentação, nutrição e saúde...), melhor utilização do tempo livre (lazer), melhoria no aperfeiçoamento pessoal (educação formal e profissionalizante), melhoria da renda e no investimento pessoal e da auto-estima de cada usuário.

Também buscando conhecer as impressões dos envolvidos no projeto “Prato Popular”, a empresa Gerdau, a Secretaria de Ação Social do Município e o SESI, a

¹⁰ CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO ENTRE SESI, GERDAU, PURAS E PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL. Disponível em: < <http://www.sesirs.org.br/> >. Acesso em 21 set. 2009.

fim de realizarmos uma avaliação do funcionamento do projeto à luz das discussões sobre responsabilidade social.

Realizamos com os usuários do “Prato Popular” a coleta de dados através de entrevista semi-estruturada – conversação oral, utilizando-se de um roteiro de perguntas, não havendo uma estrutura rígida das questões, em que pode ser incluído novos questionamentos, conforme fluxo de raciocínio dos entrevistados.

As entrevistas dos usuários foram compostas de perguntas objetivas e subjetivas. As perguntas objetivas tiveram por finalidade caracterizar cada entrevistado, e as perguntas subjetivas correspondem a opinião de cada usuário sobre o projeto.

A pesquisa qualitativa tem o objetivo de comprovar o que escrevem os autores citados em nosso trabalho, Coutinho e Paoli, que enfatizam a necessidade de se ter informações claras para demonstrar os resultados dos projetos, deixando de se obter resultados que apenas demonstram uma percepção e passando a identificar um fato.

Utilizamos como equipamento auxiliar no momento das entrevistas com os usuários, um micro-gravador, a fim de não omitir nenhuma informação, sentimento e respostas que foram transcritas integralmente.

Nossa amostra foi segmentada em quatro faixas etárias, de 16 a 25 anos, de 26 a 39 anos, de 40 a 59 anos e acima de 60 anos, podendo nos dar uma idéia das

diferentes necessidades e mudanças possíveis em cada faixa cronológica da vida humana. Inicialmente foi definido dois usuários em cada segmento, por baixa frequência de usuários na faixa de 40 a 59 anos e aceitação em responder a entrevista, incluiu-se mais um entrevistado na faixa de 16 a 25 anos.

Como critério de amostra, além da faixa etária, direcionamos para as pessoas que a mais tempo freqüentam o restaurante e com maior assiduidade. Para isso contamos com o auxílio da funcionária administrativa do SESI, que atua no cadastramento e no controle do restaurante, e com a responsável da empresa Puras que atua diariamente servindo a alimentação aos usuários desde o início projeto.

Para o grupo de envolvidos no desenvolvimento do projeto, aplicamos um questionário para conhecer desde a opinião sobre o projeto, formas de planejamento do investimento social, indicadores e forma de avaliação, bem como conhecer a percepção deles sobre quais mudanças acontecem com as pessoas que dele se utilizam.

As entrevistas com usuários, foram realizados em oito dias no ambiente do “Prato Popular”, logo após as suas refeições, quanto aos parceiros, as entrevistas foram realizadas em suas instalações operacionais, fora do restaurante, via meio eletrônico, contato pessoal e telefônico.

Utilizou-se nomes fictícios para identificação dos usuários nos relatos, a fim de manter o sigilo e a individualidade de cada um, conforme passaremos a descrever no próximo capítulo.

4 – A Pesquisa

4.1 – Os discursos dos usuários do “Prato Popular”

Os dados coletados nas entrevistas passam a ser descritos neste capítulo, sendo que iniciamos pelo grupo de usuários, de acordo com a faixa etária.

Usuários da faixa etária de 16 a 25 anos:

1) “Gládis” tem 16 anos, nasceu em Cachoeira do Sul, é solteira, e seu nível de escolaridade é o ensino médio incompleto. Reside com a mãe, apartamento própria, em Sapucaia do Sul, bairro COHAB/Blocos. No bairro possui toda a infraestrutura de água, esgoto, luz, calçamento, telefone, coleta diária de lixo e em dias alternados a coleta seletiva. Existe posto de saúde, farmácia, creche, escola de ensino fundamental e médio, espaços religiosos e áreas de lazer (praça, ginásio de esportes).

Possui os seguintes equipamentos eletrodomésticos em sua casa: televisor colorido, lavadora de roupas, geladeira, fogão, DVD, CD e rádio portátil. A renda da família é formada da pensão alimentícia e sua mãe é funcionária municipal.

Suas necessidades de saúde são atendidas no posto de saúde do bairro. A questão odontológica é resolvida pelo convênio de sua mãe como funcionária pública.

Utiliza seu tempo livre para viajar para casa do pai, para ir à praia, ouvir música, as vezes cinema e leitura de livros e revistas. Esporte apenas o praticado na escola.

Abaixo descrevemos na íntegra algumas questões da entrevista que estão focadas no “Prato Popular”:

Como você vem até o “Prato Popular”? Quanto tempo você leva no deslocamento?

“eu venho a pé, levo de 5 a 10 minutos.”

Participou de algum curso ou ação de geração de renda ou de cunho informativo realizado pelo “Prato Popular”?

“não participei, já soube pelo quadro de anúncios que eles fazem atividades com crianças, diversões, uma coisa assim, eu só sei o que está escrito ali, disso não sei nada.”

A alimentação do “Prato Popular” é suficiente?

“elas colocam aquilo que tu vai comer, eu sempre peço pouco, mas se quiser mais elas botam.”

Sua opinião sobre o valor nutricional?

“eu acredito que sim, esses dias saiu até no jornal Diário Gaúcho a questão da alimentação, de que tem uma nutricionista, então eu achei bem interessante. A comida aqui é boa, a gente vê que é sempre variado, tem mais ou menos um cardápio que eles sempre seguem, é bom, no sentido da alimentação, tu acaba se alimentando direito.”

Qual a sua opinião sobre o valor pago?

“é bem pouco né, porque num restaurante que tu vai comer, tu sempre vai pagar mais de dez reais, um restaurante bom, assim que tenha um cardápio, um real é muito barato, não tem como comer arroz, feijão, carne e salada, nem se tu comprar isso em casa, tu vai gastar muito mais.”

Após ser usuário(a) do “prato popular, sua vida de forma geral. Piorou, se manteve igual, melhorou? Se mudou, qual foi a mudança sentida?

“melhorou, acho que é bom, da oportunidade da gente não descer até em casa, já está no percurso, melhorou sim. Se tu botar na ponta do papel, tu vê que diminuiu bastante e se gasta com mais diversão, sair com os amigos, compro mais roupas. Até minha mãe achou bom eu almoçar aqui, porque mesmo antes de eu fazer o curso, como eu fico sozinho em casa e eu tenho preguiça de fazer comida, eu as vezes almoçava apenas leite com Nescau, principalmente porque eu tive problema de saúde, eu sou anêmica, tive problema de pressão baixa, almoçar aqui me ajudou nesse sentido também, me alimento bem melhor e não tem esforço nenhum.”

O que lhe traz mais satisfação no “Prato Popular”?

“almoçar bem e estar no caminho de casa, não precisando ir até em casa.”

Se pudesse, o que mudaria no “Prato Popular”?

“claro que sempre tem um campo para melhorar, nem tudo é perfeito, mas eu acho que assim como funciona é bom, não tenho nenhuma queixa.”

Você é consultado(a), pesquisado(a) sobre alguma necessidade sua que venha agregar na melhor qualidade de vida e funcionamento do restaurante?

“teve uma menina que fazia um trabalho na Gerdau, da faculdade, ela veio aqui e fez uma pesquisa semelhante a essa, perguntando mais sobre a comida, mas ela perguntou mais o lado da empresa, o que achava dessa contribuição que a empresa fazia.”

O que sugeriria de ação a ser desenvolvida no “Prato Popular”?

“poderia ser teatro, eu vi ali que tem livros para serem lidos, poderiam aumentar e melhorar, tem uns antigos e folhas caindo. Minha amiga pegou um livro daqui para fazer um trabalho para a escola. Incentivar pegar os livros que estão ali parados.”

Tem entendimento do seu funcionamento?

“quando a moça fez a entrevista com a gente, ela explicou que tem a Puras, a Gerdau dá ajuda pro prato, uma associação com a Prefeitura, que conseguiram abrir o restaurante, sempre com ajuda da Gerdau.”

2) “Hélio” tem 18 anos, nasceu em Sapucaia do Sul, é solteiro, e seu nível de escolaridade é o ensino médio incompleto. Reside com os pais, casa própria, em Sapucaia do Sul, bairro Pasqualini. No bairro possui toda a infra-estrutura de água, esgoto, luz, calçamento, telefone, coleta diária de lixo e em dias alternados a coleta seletiva. Existe posto de saúde, farmácia, creche, escola de ensino fundamental e médio, espaços religiosos e áreas de lazer (praça).

Possui os seguintes equipamentos eletrodomésticos em sua casa: televisor colorido, geladeira, fogão, DVD, CD e rádio portátil. É cotista escola SENAI, patrocinado pela Gerdau, recebendo meio salário mínimo, seu pai é aposentado e sua mãe diarista.

Suas necessidades de saúde e odontologia são atendidas no posto de saúde do bairro.

Utiliza seu tempo livre para jogar futebol, namorar, freqüentar bares e festas jovens, ouvir música e dormir. Costuma ler apenas livros técnicos da escola.

Abaixo descrevemos na íntegra algumas questões da entrevista que estão focadas no “Prato Popular”:

Como você vem até o “Prato Popular”? Quanto tempo você leva no deslocamento?

“venho a pé, levo 5 minutos, sou estudante do SENAI.”

Participou de algum curso ou ação de geração de renda ou de cunho informativo realizado pelo “Prato Popular”?

“soube, mas não participei.”

A alimentação do “Prato Popular” é suficiente?

“bah é claro.”

Sua opinião sobre o valor nutricional?

“é uma comida muito boa”

Qual a sua opinião sobre o valor pago?

“valor pago é muito bom, até porque hoje se for num bufe é sete ou oito reais. Na minha própria escola são sete reais, lá é caro, não teria condições de pagar”

Após ser usuário(a) do “prato popular, sua vida de forma geral. Piorou, se manteve igual, melhorou? Se mudou, qual foi a mudança sentida?

“ficou bem melhor, porque me ajuda um monte, aqui é um real e como recebo só meio salário, não teria condições de pagar um almoço num bufe ou cachorro quente. A variedade em casa eu não tinha, aqui todo o santo dia é uma comida diferente, lá em casa era tudo igual, aqui eu posso comer bem descansado, limite de tempo bem mais para almoçar, não preciso sair correndo para pegar o ônibus. Faço um monte de coisa com a economia de um real, eu sou adolescente, eu tenho que comprar roupa, fazer a carteira de motorista, outra que além do almoço eu tenho que gastar um monte com passagens. O que eu recebo da empresa não dá pro mês. Todo o final de semana agora eu consigo sair, namorar, é um lazer a mais.”

O que lhe traz mais satisfação no “Prato Popular”?

“sinceramente é a comodidade do tempo, e é um lugar bem bom, a comida é boa, não tem o que reclamar.”

Se pudesse, o que mudaria no “Prato Popular”?

“sinceramente nunca pensei muito, eu sempre me contentei com o que teve aqui, não tenho o que reclamar. Quando ta chovendo não tem onde parar lá fora, é o único problema.”

Você é consultado(a), pesquisado(a) sobre alguma necessidade sua que venha agregar na melhor qualidade de vida e funcionamento do restaurante?

“isso eu nunca vi, eles fazerem pesquisa.”

O que sugeriria de ação a ser desenvolvida no “Prato Popular”?

“uma coisa boa que eu vi aqui é que tem uma mini biblioteca, é bem usada, ainda mais quando vem umas crianças para ler, é muito importante para o conhecimento. Tem muita gente aposentada aqui dentro, talvez um artesanato seria ótimo para as pessoas.”

Tem entendimento do seu funcionamento?

“isso aqui é muito bom, a idéia que eu tenho que mantém esse lugar é o que eu vejo nos cartazes, a Gerdau, a Fiergs e Prefeitura é que mantém o lugar, por doações que recebe, nunca recebi informação sobre esse lugar.”

3) “Joana” tem 20 anos, nasceu em Sapucaia do Sul, tem uma união estável, e seu nível de escolaridade é o ensino médio incompleto. Reside com o companheiro, em um imóvel da sua sogra, em Sapucaia do Sul, bairro Vila Feliz. Possui dois filhos que não moram com ela. No bairro possui a infra-estrutura de água de poço, luz, calçamento, coleta semanal de lixo. O bairro não possui estrutura de posto de saúde, farmácia, creche, escola de ensino fundamental e médio, espaços religiosos e áreas de lazer.

Possui os seguintes equipamentos eletrodomésticos: geladeira, fogão, televisor colorido e rádio. Trabalha informalmente na confecção e venda de rosquinhas, entrega de folders, e seu companheiro no corte de grama, também informalmente.

Suas necessidades de saúde são atendidas no posto de saúde do bairro COHAB, no postão da RS 118 e no hospital, tanto de médico como de dentista.

Seu lazer é a leitura de livros, terror, ficção, auto-ajuda e espirituais. Utiliza livros de bibliotecas públicas, sem custo. Seu exercício está em caminhar bastante em seu trabalho de venda e distribuição.

Abaixo descrevemos na íntegra algumas questões da entrevista que estão focadas no “Prato Popular”:

Como você vem até o “Prato Popular”? Quanto tempo você leva no deslocamento?

“eu venho a pé pro “Prato Popular” e levo de 15 a 20 minutos até aqui”

Participou de algum curso ou ação de geração de renda ou de cunho informativo realizado pelo “Prato Popular”?

“eu to um pouco por fora dos cursos, devido ao meu tempo. Tenho a informação que tem cursos, palestras, tem tudo bem claro ali no mural, bem especificadinho, bem bonitinho, também recebo folhetinhos toda a semana”

A alimentação do “Prato Popular” é suficiente?

“é suficiente”

Sua opinião sobre o valor nutricional?

“é uma comida muito boa, saudável, que é um arroz, é um feijão, é uma polenta, é uma coisa que te sustenta no dia, é bastante salada, salada verde, beterraba, coisas que te fazem falta no dia-a-dia, que nem eu que tenho anemia, pra mim quando tem no caso o bife de fígado, que tem beterraba é uma coisa muito boa. Eu no caso como não tenho condições de ta fazendo toda hora.”

Qual a sua opinião sobre o valor pago?

“assim, com um real tu vai no armazém e compra um pão e uma banana, que não te sustenta o dia todo, agora com um prato de comida. Com salada, arroz, feijão polenta ou massa, ovo ou carne, tu te sustenta uma boa de umas horas, é uma refeição bem boa”

Após ser usuário(a) do “prato popular, sua vida de forma geral. Piorou, se manteve igual, melhorou? Se mudou, qual foi a mudança sentida?

“pra mim melhorou bastante, porque eu que não tenho uma renda fixa na casa, me sai muito mais em conta, porque é um real que eu pago, uma coisa que valia sete a oito reais se eu fosse fazer em casa, fora a sujeira e o tempo, eu não tenho tempo para poder ficar em casa, eu tenho um curto tempo, porque eu já tenho que sair na luta, pra batalhar, melhorou muito. O que eu gastava oito reais pra fazer uma comida, agora eu compro uma fralda pro meu filho que tem um ano, eu posso comprar um leiteinho a mais, um iogurte a mais pra eles, porque eles são crianças, tenho uma menina que vai fazer três anos. É um dinheiro que me sobra e posso comprar uma coisinha para botar no pão, que pra mim é uma coisa que não sobrava nem para comprar uma margarina. Tu vai no mercado para comprar o básico, arroz e feijão e com dez reais tu sai com dois ou três produtos, sem poder comprar uma coisinha boa pra poder aproveitar. Eu venho aqui e pago um real, são oito que me sobra, já é uma boa renda que me sobra pra comprar minhas coisas, fazer minhas rosquinhas que me dá o meu rendimento, onde eu posso comprar um azeite, uma farinha. A minha saúde melhorou bem mais também, anemia, porque em casa eu não tinha assim o valor nutricional, ou eu faço um pão e saio correndo ou eu fazia um arroz e feijão e deu, agora aqui eu tenho o bife de fígado, a beterraba, a cenoura que toda a semana tem, o arroz e feijão que tem todos os dias. O feijão é bem forte, bem bom, a minha saúde melhorou bastante, porque é todo o dia, de segunda à sexta, não é só um dia da semana que eu como, em caso eu comia uma vez por semana comida feita, o resto era pão e corria. Com isso diminuiu minha procura por médico, toda semana ia no posto buscar sulfato ferroso, agora uma coisa que eu não tomo mais é o sulfato ferroso, não me faz mais falta o médico disse, já me sinto forte sem ele.

O que lhe traz mais satisfação no “Prato Popular”?

“comer, era horrível, péssima”

Se pudesse, o que mudaria no “Prato Popular”?

“o guardinha, porque é muito chato, e o fato da carteirinha, porque não tem fundamento, é só para enrolar, a gente fica ali um tempão, no caso se a gente esquece eu tenho horário pra comer. Se eu esqueço a carteirinha na minha casa, se eu levo pro serviço eu posso perder eu tenho que ficar aqui mais de meia hora pra falar com a assistente social, as pessoas passam na minha frente, eu tenho que enfrentar mais uma fila.”

Você é consultado(a), pesquisado(a) sobre alguma necessidade sua que venha agregar na melhor qualidade de vida e funcionamento do restaurante?

“nunca fui consultada”

O que sugeriria de ação a ser desenvolvida no “Prato Popular”?

“curso de culinária, é uma coisa que eu gosto e me dedico, ou um curso de coisas reaproveitáveis, como garrafas péti, coisas que podem fazer renda pra mim.”

Tem entendimento do seu funcionamento?

“a comida é saborosa, além de bem reforçada, é bem boa também, bem gostosa, e o valor dela sem contar. Tenho do que eu leio e eles me orientam.”

Usuários da faixa etária de 26 a 39 anos:

1) “Roberta” tem 37 anos, nasceu em Cachoeira do Sul, é solteira, e estudou até completar o nível médio. Reside com seus pais, em um imóvel próprio, na cidade de Esteio, bairro São José. No bairro possui toda a infra-estrutura de água, esgoto, luz, calçamento, telefone, coleta diária de lixo e seletiva. Funciona um posto de saúde, farmácia, creche, escola e espaços religiosos.

Possui equipamentos eletrodomésticos como geladeira, fogão, lavadora de roupas, microondas, televisor colorido, DVD, computador e aparelho de som. Ela trabalha nas proximidades do “prato popular” e seus pais são aposentados da previdência.

Para atender necessidades de saúde utiliza o plano ambulatorial da empresa e busca atendimento no hospital municipal para outras situações. A saúde odontológica é tratada através de consultas particulares.

Tem como lazer ir a espetáculos musicais, cinema, sair com amigos e almoços em restaurantes. As férias do trabalho são no período de inverno, o que a leva ficar esse período em casa, realizando atividades da sua rotina, às quais não

consegue realizar no período em que está trabalhando. Costuma ler jornais e revistas. Também faz caminhadas diárias como pratica esportiva.

Abaixo descrevemos na íntegra algumas questões da entrevista que estão focadas no “Prato Popular”:

Como você vem até o “Prato Popular”? Quanto tempo você leva no deslocamento?

“venho a pé, trabalho a dez minutos daqui”

Participou de algum curso ou ação de geração de renda ou de cunho informativo realizado pelo “Prato Popular”?

“participei da palestra sobre a gripe “A”, muito importante e esclarecedora. Sei da realização de oficinas de pintura em tecido, artesanato, ações para crianças, chá para idosos, sempre tem uma coisa outra. Não consigo participar pois é no horário de trabalho.”

A alimentação do “Prato Popular” é suficiente?

“a alimentação é suficiente, o básico”

Sua opinião sobre o valor nutricional?

“acredito que sim, pelo que a gente conhece tem um nível nutricional bom”

Qual a sua opinião sobre o valor pago?

“não tem o que questionar o valor de um real, pelo tipo de alimentação”

Após ser usuário(a) do “prato popular, sua vida de forma geral. Piorou, se manteve igual, melhorou? Se mudou, qual foi a mudança sentida?

“melhorou muito, principalmente o padrão do nível do almoço, comida de ótima qualidade, não tem o que se queixar. Como almoço fora tinha alimentação desregrada, um dia almoçava aqui, outro ali, consegui fazer uma alimentação mais regulada, ao menos na hora do almoço, era lanche, almoço as vezes, era qualquer coisinha. O que eu iria gastar em outro lugar não tem comparação, pude comprar e pagar algum bem, até uma reforma na casa, não parece mas com aquele dinheirinho tu consegue fazer. Consegui economizando, pintar meu apartamento, colocar cerâmica, comprar coisas pessoais para mim, bijuterias, pegar um cinema, lazer, essas coisas assim, se tu colocar no papel, no final do mês tu vê que é uma diferença, pois tu almoçar fora num restaurante menos de dez reais não sai.”

O que lhe traz mais satisfação no “Prato Popular”?

“a alimentação, amizade que fiz aqui, conversar com pessoas, fazer leitura na biblioteca do restaurante.”

Se pudesse, o que mudaria no “Prato Popular”?

“a princípio está excelente, não tem o que mudar ou sugerir.”

Você é consultado(a), pesquisado(a) sobre alguma necessidade sua que venha agregar na melhor qualidade de vida e funcionamento do restaurante?

“não fui pesquisada.”

O que sugeriria de ação a ser desenvolvida no “Prato Popular”?

“informações mais de higiene pessoal, básico, acredito que agregaria valor.”

Tem entendimento do seu funcionamento?

“mais ou menos sei que é uma parceria entre empresa e Prefeitura, como foi criado ou inventado não sei como, só sei que apareceu aí, foi bom, está sendo bom e espero que continue.”

2) “João”, tem 37 anos, nasceu em Cascavel no Paraná, é solteiro, e seu nível de escolaridade é o ensino médio incompleto. Reside sozinho, em um imóvel próprio, em Sapucaia do Sul, bairro COHAB Blocos. No bairro possui toda a infraestrutura de água, esgoto, luz, calçamento, telefone, coleta diária de lixo e em dias alternados a coleta seletiva. Funciona um posto de saúde, farmácia, creche, escola de ensino fundamental e médio, espaços religiosos e áreas de lazer (praça, ginásio de esportes...)

Possui bens de locomoção e equipamentos eletrodomésticos: bicicleta, fogão, televisor colorido e aparelho de som. Trabalha informalmente em sua oficina de bicicletas e outros ramos, pintura, instalação elétrica e de antenas.

Suas necessidades de saúde são atendidas no posto de saúde do bairro, sendo que as consultas oferecidas são insuficientes pela demanda existente, é necessário as vezes ir para a fila às 4 horas da manhã para consultar, tanto médico como dentista.

Seu lazer é visitar seus parentes esporadicamente, e com freqüência estar com seus amigos em um bar, chamado por ele de um ponto de encontro. Tem o hábito da leitura diária de jornal, oferecido pelo bar em que se reúne com os amigos.

Abaixo descrevemos na íntegra algumas questões da entrevista que estão focadas no “Prato Popular”:

Como você vem até o “Prato Popular”? Quanto tempo você leva no deslocamento?

“caminhando, levo 15 minutos, gosto de caminhar”

Participou de algum curso ou ação de geração de renda ou de cunho informativo realizado pelo “Prato Popular”?

“lembro que foi divulgado alguns cursos, acabei não fazendo nenhum, lembro que era artesanato, reciclagem, alguma coisa desse tipo aí. Teve palestra da gripe A, teve uma senhora que deu orientação, lavar as mãos, falou no microfone, falou mais de 30 vezes, é que ta sempre chegando gente.”

A alimentação do “Prato Popular” é suficiente?

“sim”

Sua opinião sobre o valor nutricional?

“balanceada, diversidade, todo o dia o cardápio é diferente, sempre bom, sempre ótimo, muito nutritivo”

Qual a sua opinião sobre o valor pago?

“quantia muita irrisória, é muito pouco, é uma dádiva de Deus.”

Após ser usuário(a) do “prato popular, sua vida de forma geral. Piorou, se manteve igual, melhorou? Se mudou, qual foi a mudança sentida?

“melhorou, como bem aqui, fora daqui não, acabo só lanchando. Tenho mais tempo para trabalhar, não perco tempo em fazer comida, que não tem a mesma qualidade e gasta-se mais, então sobra um dinheiro até para formalizar meu INPS,

não contribuir para previdência vai me fazer falta no futuro. Precisava praticar mais esporte e consumir menos álcool.”

O que lhe traz mais satisfação no “Prato Popular”?

“matando a fome, é a maior satisfação.”

Se pudesse, o que mudaria no “Prato Popular”?

“botaria mais gente para trabalhar, porque eu acho que tem muito idoso e essa fila demora demais para andar, é a única reclamação que eu tenho, mas se tiver que continuar assim, que seja.”

Você é consultado(a), pesquisado(a) sobre alguma necessidade sua que venha agregar na melhor qualidade de vida e funcionamento do restaurante?

“pesquisado não, nenhum momento.”

O que sugeriria de ação a ser desenvolvida no “Prato Popular”?

“usar espaço para outras atividades é muito importante, todo final de mês eles fazem a pesagem das crianças, bem direcionado para idoso criança, acho legal, a assistente social muito participativa, ela procura as pessoas nas terças e quintas, para ajudar as pessoas. Já tem serviço de documentos, não paga nada é só pedir.”

Tem entendimento do seu funcionamento?

“funcionamento tenho, não sei se é real, comentário de quem trabalha no SESI, Gerdau, e Prefeitura, peguei informação e bolei uma história.”

Usuários da faixa etária de 40 a 59 anos:

1) “Silvio” tem 54 anos, nasceu em Cachoeira do Sul, é solteiro, e estudou até completar o nível fundamental. Reside sozinho, em um imóvel alugado, na cidade de Sapucaia do Sul, bairro Getúlio Vargas. No bairro possui toda a infra-estrutura de água, esgoto, luz, calçamento, telefone, coleta diária de lixo e seletiva. Funciona um posto de saúde, hospital, farmácia, creche, escola e espaços religiosos.

Possui equipamentos eletrodomésticos como geladeira, fogão, lavadora de roupas, microondas, televisor colorido e rádio. Ele é aposentado, recebe um salário mínimo, trabalha informalmente no corte de grama para complementar a renda e utiliza o “prato popular” há dois anos.

Para atender necessidades de saúde e odontologia utiliza o posto de saúde e hospital.

Tem como lazer fazer palavras cruzadas, gosta de música, rádio Eldorado. Assistir jogos do Internacional, freqüentar bailões da terceira idade e vai a missa todo final de semana.

Abaixo descrevemos na íntegra algumas questões da entrevista que estão focadas no “Prato Popular”:

Como você vem até o “Prato Popular”? Quanto tempo você leva no deslocamento?

“de a pé uns 15 minutos.”

Participou de algum curso ou ação de geração de renda ou de cunho informativo realizado pelo “Prato Popular”?

“fazem bastante curso aí, mas eu não participei de nenhum ainda. Eles dão um papelzinho assim aí na entrada com aquela guria magrinha.”

A alimentação do “Prato Popular” é suficiente?

“quantidade é ótima.”

Sua opinião sobre o valor nutricional?

“algumas coisas já deviam ter saído, no geral atende”

Qual a sua opinião sobre o valor pago?

“é ótimo”

Após ser usuário(a) do “prato popular, sua vida de forma geral. Piorou, se manteve igual, melhorou? Se mudou, qual foi a mudança sentida?

“eu pra mim estando com Deus é melhor, pra mim melhorou, eu fazia comida em casa, depois que eu descobri aqui, eu vim aqui, faço economia. Variedade eu não conseguia fazer em casa. A economia que eu faço é que eu ganho muito pouco, então comendo aqui sobra e eu pude comprar eletrodomésticos que eu precisava, microondas, geladeira. Tenho ido mais vezes nos bailes, compro mais palavras cruzadas, sou viciado. Uma coisa diferente é que se conversa com as pessoas aqui e fica amigo de todo mundo, as vezes a gente se encontra com alguém que é daqui na rua e diz, a tu por aqui, eu acho isso muito bonito. Isso ajuda um eito, eu acho que psicologicamente ajuda a pessoa se sentir melhor.”

O que lhe traz mais satisfação no “Prato Popular”?

“a comida variada e a economia.”

Se pudesse, o que mudaria no “Prato Popular”?

“pois é isso que eu falei né, o resto ta ótimo, precisa mudar o ovo e o bife. Quando ta chovendo a gente pode esperar aqui dentro, a gente não é ladrão, fica se molhando na rua, é brabo”

Você é consultado(a), pesquisado(a) sobre alguma necessidade sua que venha agregar na melhor qualidade de vida e funcionamento do restaurante?

“veio um cara do jornal que nos entrevistou, pra mim não perguntaram nada, eu acho bom.””

O que sugeriria de ação a ser desenvolvida no “Prato Popular”?

“Eu sugiro falar de alimentação né”

Tem entendimento do seu funcionamento?

“eu sei que é do Gerdau, da Prefeitura, do Governo do Estado, do SESI, porque diz na carteirinha e me disseram quando fiz a carteirinha, só sei quem é os mandão.”

Usuários da faixa etária acima de 60 anos:

1) “Orlando”, tem 71 anos, nasceu em Palmeira das Missões, é casado, e seu nível de escolaridade é o ensino fundamental incompleto. Reside sozinho, alugando um quarto de pensão, em Sapucaia do Sul, bairro Centro. No bairro possui toda a infra-estrutura de água, esgoto, luz, calçamento, telefone, coleta diária de lixo e em dias alternados a coleta seletiva. Existe posto de saúde, hospital, farmácia, creche, escola de ensino fundamental e médio, faculdade, espaços religiosos e áreas de lazer (praça, ginásio de esportes...)

Possui os seguintes equipamentos eletrodomésticos na pensão: televisor colorido, geladeira, fogão e rádio portátil. É aposentado, recebendo um salário mínimo mensal.

Suas necessidades de saúde são atendidas no posto de saúde do centro e hospital. As necessidades de odontologia são resolvidas com consultas particulares

Seu tempo livre é utilizado para leitura, ouvir rádio e assistir televisão. Seu lazer é visitar sua irmã em Araricá. Tem o hábito da leitura diária de jornal e livros.

Abaixo descrevemos na íntegra algumas questões da entrevista que estão focadas no “Prato Popular”:

Como você vem até o “Prato Popular”? Quanto tempo você leva no deslocamento?

“venho a pé, caminho uns 25 minutos”

Participou de algum curso ou ação de geração de renda ou de cunho informativo realizado pelo “Prato Popular”?

“não tenho conhecimento de ações, alguma coisa de chá dos idosos, soube mas não me interessei em participar.”

A alimentação do “Prato Popular” é suficiente?

“comida é suficiente, é boa”

Sua opinião sobre o valor nutricional?

“comida é mais balanceada”

Qual a sua opinião sobre o valor pago?

“um real é só para lavar o prato, é de graça”

Após ser usuário(a) do “prato popular, sua vida de forma geral. Piorou, se manteve igual, melhorou? Se mudou, qual foi a mudança sentida?

“vida continua a mesma coisa, economicamente é bom, o nível das pessoas é bom, o atendimento é muito bom, aumentou as minhas amizades”

O que lhe traz mais satisfação no “Prato Popular”?

“relação da amizade é o mais importante.”

Se pudesse, o que mudaria no “Prato Popular”?

“servir a comida individual, bandeja com separação, não num prato só. As vezes o velinho tão louco pra deitar, e tem que ficar na fila, é um absurdo, fazer fila separada.”

Você é consultado(a), pesquisado(a) sobre alguma necessidade sua que venha agregar na melhor qualidade de vida e funcionamento do restaurante?

“não.”

O que sugeriria de ação a ser desenvolvida no “Prato Popular”?

“sem sugestão de ação.”

Tem entendimento do seu funcionamento?

“é muito bom, é muito importante e que fosse em todo o Brasil, ele tem cinco patrocinadores, li ali no Banner.”

2) “Ismael” tem 82 anos, nasceu em Taquarimbó, no Uruguai, é viúvo, e estudou até completar o nível fundamental. Reside com seu filho, em um imóvel próprio, na cidade de Sapucaia do Sul, bairro São Jorge. No bairro possui toda a infra-estrutura de água, esgoto, luz, calçamento, telefone, coleta diária de lixo e seletiva. Funciona um posto de saúde, farmácia, creche, escola e espaços religiosos.

Possui equipamentos eletrodomésticos como geladeira, fogão, lavadora de roupas, microondas, televisor colorido, DVD, computador e aparelho de som. Ele é aposentado, recebe um salário mínimo e utiliza o “prato popular” desde o primeiro dia de funcionamento.

Para atender necessidades de saúde utiliza a clinica Canoas, pelo SUS e particular. A saúde odontológica é tratada através de consultas particulares.

Tem como lazer a leitura e filmes de história mundial, personagens, líderes, governantes que fizeram história ou fatos marcantes. Gosta de assistir televisão como passa tempo e costuma viajar para visitar parentes em Livramento e Taquarimbó. Faz leitura diária de jornal.

Abaixo descrevemos na íntegra algumas questões da entrevista que estão focadas no “Prato Popular”:

Como você vem até o “Prato Popular”? Quanto tempo você leva no deslocamento?

“eu venho a pé, as vezes de lotação, passa na frente da minha casa, de lotação uns 5 minutos, a pé uns 15 minutos.”

Participou de algum curso ou ação de geração de renda ou de cunho informativo realizado pelo “Prato Popular”?

“curso aí de negócio de artesanato, fizeram aí mas eu não vi, ouvi falar, a gente pega um papelzinho aí. Teve uma palestra dessa gripe dos porcos.”

A alimentação do “Prato Popular” é suficiente?

“é suficiente, se precisa mais um pouquinho a gente tem o direito de arroz e feijão mais um pouco, mas eu é difícil. O prato que eu como é o suficiente pra mim.”

Sua opinião sobre o valor nutricional?

“pra mim é boa, já acostumei com essa comida aqui, as vezes no final de semana, domingo que não almoço em casa, almoço em restaurante, a comida até me faz mal, aqui não, eu tô acostumado com a comida, é uma comida saudável, não é sem sal e não é salgada, é como manda o figurino.”

Qual a sua opinião sobre o valor pago?

“acho que é barato, como eu lhe falei, com um real não se come nem um pastel aí fora, e aqui se come um prato de comida, e tem pessoal que reclama que deveria ter isso mais. ”

Após ser usuário(a) do “prato popular, sua vida de forma geral. Piorou, se manteve igual, melhorou? Se mudou, qual foi a mudança sentida?

“melhorou, a economia que a gente faz, a gente vai comer um restaurante por aí é muito caro, com um real você não come nem um pastel pó aí, não é nada mas com trinta reais eu faço refeição todo o mês, é uma economia, uma barbaridade, uma mão na roda. Eu posso com essa economia comprar roupa, me vestir, saio para comer uma coisinha boa, se precisa ir no médico não preciso depender do SUS. Compro revistas e DVDs de documentários que custam 30 e 40 reais, mas não é todo o dia, compro lá uma vez por mês, é o que eu gosto.”

O que lhe traz mais satisfação no “Prato Popular”?

“a comida.”

Se pudesse, o que mudaria no “Prato Popular”?

“pra mim ta bom assim, não tenho nada pra reclamar pra mim ta ótimo, outra coisa aqui é a higiene, aqui é total, tem restaurante aí fora que os caras tão fumando na mesa, aqui tu não vê isso, aqui é uma beleza.”

Você é consultado(a), pesquisado(a) sobre alguma necessidade sua que venha agregar na melhor qualidade de vida e funcionamento do restaurante?

“não, nunca”

O que sugeriria de ação a ser desenvolvida no “Prato Popular”?

“não tenho nem idéia, pessoal tudo que vem é de baixa renda, tem muita coisa errada que a gente vê, o pessoal usa um monte de folha de secar as mãos, só precisa umas duas folhinhas, isso é a cultura do brasileiro, de não poupar nada, de botar tudo fora, acho que deveria ter uma palestra para pessoa saber economizar, por isso que no Brasil tem tanta pobreza e miséria, o povo não tem cultura de economia, é de botar fora.”

Tem entendimento do seu funcionamento?

“isso aqui é uma beleza, uma grande ajuda pra gente. Baseio-me pelo que tem escrito aí, que é ajudado pelo Gerdau, SESI, Prefeitura, é isso que eu vejo escrito.”

4.2 – A visão dos parceiros envolvidos

Neste segundo momento passamos a descrever as entrevistas realizadas com o grupo de entidades parceiras no desenvolvimento do projeto “Prato Popular”.

Serviço Social da Indústria – SESI

Entrevistamos a Srt^a Adriana Simões Macedo, assistente social do SESI, responsável pela coordenação do projeto Prato Popular, enquanto entidade proponente do mesmo.

Entrevistador: Além das obrigações legais, trabalhistas, tributárias e ambientais, como é visto a participação da empresa nos investimentos sociais e o estímulo do Estado para essas ações?

Entrevistado: As empresas estão preenchendo lacunas deixadas pelo Estado, que já não consegue, sozinho, resolver todos os problemas sociais e ambientais. As ações esporádicas, doações e outros gestos de caridade não vinculados à estratégia empresarial não podem ser considerados como atuação de responsabilidade social da organização. O Investimento Social Privado pode colaborar de forma efetiva para o desenvolvimento da comunidade de entorno ou que se relacionam diretamente com seu negócio.

Entrevistador: Como é entendido e utilizado as leis de incentivo?

Entrevistado: O projeto Prato Popular é um projeto de Investimento Social Privado, beneficiado pela Lei de Solidariedade, onde a empresa financiadora (GERDAU) recebe incentivo fiscal. Conforme consta na Lei , no Art. 8º – As empresas contribuintes do ICMS que financiarem projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social, nos termos desta Lei, poderão compensar, por meio de crédito fiscal presumido, até 75% (setenta e cinco por cento) do valor comprovadamente aplicado no projeto com ICMS a recolher, discriminado em guia informativa não anual.

Isso significa que a empresa financiadora do projeto não terá custo elevado e assumirá um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e humana.

A empresa proponente, o SESI, não recebe qualquer tipo de benefício, é uma organização sem fins lucrativos sendo a responsável pela manutenção, controle orçamentário e execução do projeto.

Art. 10 – Anualmente, lei de iniciativa do Governador do Estado fixará o valor do limite global que poderá ser compensado pelas empresas, em função da aprovação de projeto pelo Conselho Estadual de Assistência Social, na forma prevista no art.8º, que não poderá ser superior a 0,5% da receita tributária líquida.

§ 1º – Os recursos oriundos do programa instituído pela Lei nº 11.196, de 15 de julho de 1998, conforme definido em regulamento, poderão ser aplicados nas ações de inclusão e promoção social referidas no art.1º desta Lei.

Entrevistador: As pessoas opinam sobre quais ações que a empresa deveria investir (suas necessidades)?

Entrevistado: O projeto é encaminhado ao governo do estado e nele precisa constar o cronograma de atividades, datas, indicadores, principais ações. O comitê gestor ao reavaliar o projeto para o ano seguinte, faz um levantamento das necessidades e oportunidades dos usuários, no que tange a área de geração de emprego e renda, na questão preventiva e informativa, considerando sempre a

opinião e solicitação da população usuária do Prato popular. Entendemos também que precisamos considerar a real utilização das oficinas provendo ações que após o aprendizado possa ser desenvolvida com os recursos que os usuários disponibilizam ou tem acesso, contribuindo efetivamente para geração de renda da família.

Eventos e capacitações realizados no ano de 2009:

- Campanha de carnaval, 10 e 12 de fevereiro;
- Oficina confecção cestinhos de Páscoa, 09 de abril;
- Verificação pressão arterial, 12 e 14 de maio;
- Vacina febre amarela, 19 e 21 de maio;
- Visita do Dir. Pres. Gerdau e Prefeito, maio 2009;
- Visita do Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária, 09 de junho;
- Festa Junina, 30 de junho;
- Oficina de fuxico, 28 de julho;
- Campanha do agasalho, 30 de julho;
- Palestra vigilância sanitária, 25 de agosto;
- Capacitação de geração de renda PIS, abril e maio;
- Capacitação de geração de renda, outubro a dezembro;
- Celebração da vida – Pastoral da Criança; mensalmente;
- Oficina garrafa peti, 25 de agosto;
- A ser realizada, oficina porta pano de prato, 22 de setembro;
- A ser realizado, evento do dia do idoso, 30 de setembro;
- O chá da melhor idade já aconteceu e é repetido anualmente em referencia ao dia do idoso
- Oficina de pano de prato já ocorreu

- Aniversário do Prato Popular ocorreu dia 15/10 e ocorre anualmente;
- Dia 25 teremos oficina de pintura em madeira
- Dezembro: oficina de pulseiras com caixa de leite, oficina de confecção de Guirlanda de NATAL;
- Festa de Natal;
- Festa final do Ano;

As oficinas acontecem durante o ano todo com temas diferentes.

Quem realiza uma pesquisa é a PURAS, apenas pesquisa de satisfação da alimentação.

Não temos um instrumento de pesquisa específico. Então a definição dos cursos se dá conforme avaliação do Comitê Gestor, não apenas sobre o perfil dos usuários, mas também sobre os recursos e habilidades dos profissionais (oficineiras que irão desenvolver os cursos) disponíveis para essa atividade, além da possibilidade de reprodução do que foi ensinado, levando em conta o poder de compra da matéria-prima que será feita pelo usuário quando retornar a sua casa.

Entrevistador: Como é feita a avaliação sobre o PP? Quais indicadores?

Entrevistado: A avaliação e acompanhamento se dão de acordo com o atendimento das ações de rotina previstos no projeto, que são realizadas através de acompanhamento mensal do Comitê Gestor do Prato Popular de Sapucaia do Sul, formado pelo SESI GERDAU, PURAS e PREFEITURA MUNICIPAL. Além do

acompanhamento mensal, é realizada reunião antes do término do projeto para os ajustes necessários para o ano seguinte.

Na tabela abaixo constam indicadores para o projeto em vigor no ano de 2009:

INDICADOR	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	META	PERIODICIDADE
Resultado da avaliação	Check list de vistoria do Prato	90%	4 por ano
Temperatura	Termômetro	Conforme vigente junto à vigilância sanitária	Diário (guarda por 72 horas)
Resultado de análise microbiológica	Coleta de amostra	Conforme vigente junto à vigilância sanitária	Diário (guarda por 72 horas)
Resultado da pesquisa de satisfação	Pesquisa de satisfação	90%	Quadrimestral
Número de refeições dia	Relatório de refeições	233	Dia
Varição do cardápio mensal	Cardápio Mensal	4	Mês
Número de participantes por ação social	Lista de presença	20	mensal
Número de ações sociais realizadas	Registro documental	12	mensal

Entrevistador: Acredita que o PP reduz ou soluciona as necessidades do cidadão que utiliza o PP?

Entrevistado: O ideal do projeto seria solucionar as demandas e necessidades de seus usuários, mas este, através de suas parcerias busca contribuir para redução de necessidades, uma vez que no mesmo além de

fornecimento de alimentação balanceada, de oficinas de geração de emprego e renda, de atividades informativas e preventivas, este oportuniza o encaminhamento à rede de atendimento do município junto a políticas públicas.

Entrevistador: Acredita em mudança de cidadania? Quais?

Entrevistado: Acreditamos que a informação seja a porta principal para o processo de construção da cidadania. Dessa forma, o projeto contribui para emancipação dos usuários do restaurante, no momento em que oportuniza ações informativas, preventivas e de geração de renda, contribuindo para sua emancipação e conquista de sua efetiva cidadania.

Entrevistador: Como o PP tem ajudado no processo de melhoria da qualidade de vida dos munícipes de Sapucaia do Sul?

Entrevistado: Acreditamos que o projeto Prato Popular contribua para melhoria da qualidade de vida de muitos cidadãos do Município de Sapucaia do Sul, uma vez que oferece refeições de qualidade, onde na maioria das vezes sendo esta a única refeição diária do usuário cadastrado no restaurante Prato Popular. A refeição é oferecida com baixo custo, sendo proporcionadas também, em seu espaço, ações educativas como oficinas, que venham estimular a geração de renda e a sustentabilidade da comunidade local. O projeto tem parcerias estabelecidas com o Grupo Gerdau, sendo esta o financiador do projeto, Puras do Brasil, a parceira que fornece a alimentação, e a Prefeitura Municipal, órgão público que disponibiliza espaço físico, recursos humanos e manutenção do espaço.

Entrevistador: Considera-se como uma entidade do terceiro setor, por quê?

Entrevistado: O SESI se enquadra na categoria das empresas denominadas paraestatais, que, na concepção do renomado Doutrinador Hely Lopes Meirelles:

“... são pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação é autorizada por lei específica, para realização de obras, serviços ou atividades de interesse coletivo. São espécies de entidades paraestatais, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os serviços sociais autônomos (SESI, SESC, SENAI e outros). As entidades paraestatais são autônomas, administrativa e financeiramente, têm patrimônio próprio e operam em regime da iniciativa particular, na forma de seus estatutos ficando vinculadas (não subordinadas) a determinado órgão da entidade estatal a que pertencem, o qual supervisiona e controla o seu desempenho estatutário, sem interferir diretamente na sua administração.”

Segundo o mesmo autor, "os serviços sociais autônomos não gozam de privilégios administrativos, nem fiscais, nem processuais, além daqueles que a lei especial expressamente lhes conceder".

O encargo de criar, organizar e dirigir o SESI é atribuição da Confederação Nacional da Indústria, nos termos do *caput* dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946.

Grupo Gerdau

Entrevistamos o Sr. Clódis Xavier, Gerente do Instituto Gerdau / Fundo Pró-Infância / Projetos Sociais do Grupo Gerdau no Brasil.

Entrevistador: Além das obrigações legais, trabalhistas, tributárias e ambientais, como é visto a participação da empresa nos investimentos sociais e o estímulo do Estado para essas ações?

Entrevistado: A empresa acredita que o crescimento em uma comunidade se dá pela interação do econômico, ambiental e social, sem isso não há um crescimento. Na realidade a iniciativa privada é que cobra e estimula as políticas públicas.

Entrevistador: Como é definido os investimentos sociais da empresas?

Entrevistado: Nosso foco é educação, respeitando a cultura e os problemas sociais de cada comunidade onde a Gerdau atua. Trabalhamos com planejamento anual, com verba e cronograma definidos ao longo do ano.

Entrevistador: Os programas sociais do Estado têm alguma influência na definição dos investimentos e qual a participação dos acionistas nesse processo?

Entrevistado: Alguns sim, mas o mapeamento é feito baseados nas realidades e necessidades das comunidades onde atuamos, cada real investido prestamos contas para os nossos acionistas e comunidade. Existe um setor Instituto Gerdau que mapeia todas as necessidades de investimento social no Brasil, soma

tudo e leva ao Conselho Executivo da Gerdau para solicitar aprovação e liberação da verba para ser investida ao longo do ano, conforme os projetos.

Entrevistador: Como são entendidas e utilizadas, pela empresa, as leis de incentivo?

Entrevistado: Buscamos o conhecimento e as oportunidades de uso sempre.

Entrevistador: Como é entendida a manifestação de alguns autores de que as ações de responsabilidade social empresarial são apenas ações de marketing?

Entrevistado: Aqueles que acreditam desta forma não conseguem crescer e se integrar de verdade com as comunidades e os seus públicos.

Entrevistador: Acredita que o PP reduz ou soluciona as necessidades do cidadão que o utiliza?

Entrevistado: Acreditamos que sim por algum momento em suas vidas, mas não é tudo, necessitamos de mais para resgatar e incluir as pessoas.

Entrevistador: Acredita em mudanças sócio-econômicas? Quais?

Entrevistado: A transformação das pessoas passa pela educação, saúde, moradia e garantia de emprego, com todos estes fatores envolvidos acredito nas mudanças.

Secretaria Municipal de Assistência Social

Entrevistador: Entrevistamos a Srt^a Loreni Teresinha Frá de Moura, Assistente Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Representante do Grupo Gestor do Prato Popular.

Entrevistado: Os programas sociais do Município têm alguma influência na escolha da empresa para investir na alimentação, como projeto social?

Não. Na Lei de Solidariedade, prevê que para existir o restaurante popular seja necessário não somente a entidade proponente, mas convenio obrigatório da prefeitura.

Entrevistador: As pessoas opinam sobre quais ações que a empresa deveria investir no prato popular (suas necessidades)?

Entrevistado: Questionam sobre renda per capita de meio salário mínimo que não devia existir critério, e sim liberado como em outros municípios, que também deveria ter café da manhã. Nada sistemático.

Entrevistador: Como é visto a manifestação de alguns autores, afirmando que as ações de responsabilidade social são apenas ações de MKT?

Entrevistado: Não procede pois as empresas tem atuado de forma significativa a respeito de Responsabilidade Social ex. o próprio PP.

Entrevistador: Acredita que o PP reduz ou soluciona as necessidades do cidadão que utiliza o PP?

Entrevistado: Sim momentânea acredito que reduz, já aconteceu de usuários que não estavam no mercado trabalhando freqüentarem o PP, e quando retornaram ao mercado de trabalho, chegaram e cancelaram o cadastro.

Entrevistador: Acredita em mudança de cidadania? Quais?

Entrevistado: Sim acredito ao longo prazo com bons projetos e programas.

Entrevistador: Como o PP tem ajudado no processo de melhoria da qualidade de vida dos munícipes de Sapucaia do Sul?

Entrevistado: A Prefeitura acredita que o projeto contribui com ações para o fortalecimento da cidade através de prevenções, educativa, emprego e renda e a própria alimentação que é de direito.

Entrevistador: Como é entendido e articulado no Município a assistência social como ato de direito e não como ato de vontade, sendo uma forma de enfrentar a questões sociais, conforme constituição 88 e LOAS 93?

Entrevistado: A Constituição Federal e a LOAS definem que a Assistência Social é uma política de responsabilidade concorrente das três esferas de governo, ou seja, embora tendo objetivo de gestão municipal, as esferas federal e estadual devem manter suas responsabilidades de forma articulada, respeitando a autonomia dos municípios.

Entrevistador: Quais os tipos de atendimento que a secretaria realiza aos usuários do prato popular? Quais ações realizadas além de servir a alimentação diária?

Entrevistado: As ações que a Secretaria de Desenvolvimento Social realiza aos usuários do PP são encaminhamento para documentos em geral, auxílio vestuário, encaminhamento para BPC(Benefício de Prestação Continuada), e orientações em conforme necessidade do usuário.

4.3 – Principais resultados

Após a descrição das entrevistas dos usuários do “Prato Popular”, passamos a compilar informações sobre o perfil desses usuários e os sentimentos expressos em suas respostas com relação ao restaurante.

Os perfis dos usuários do restaurante estão resumidos logo abaixo, através das tabelas 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3:

Tabela 4.3.1 – Resumo perfil usuários (identificação, idade, sexo, estado civil, escolaridade e situação imóvel)

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade	Imóvel Residencial
Roberta	37	F	Solteiro	Médio completo	Próprio
João	37	M	Solteiro	Médio incompleto	Próprio
Silvio	54	M	Solteiro	Fundamental completo	Alugado
Orlando	71	M	Casado (vive só)	Fundamental incompleto	Pensão
Ismael	82	M	Viúvo	Fundamental completo	Próprio
Gládis	16	F	Solteiro	Médio incompleto	Próprio
Hélio	18	M	Solteiro	Médio incompleto	Próprio
Joana	20	F	União estável	Médio incompleto	Emprestado

Tabela 4.3.2 – Resumo perfil usuários (identificação, renda, recursos na saúde, lazer e leitura)

Nome	Renda	Recursos na saúde	Lazer	Leitura
Roberta	Trabalha/ pais aposentados	Plano saúde e odontologia particular	Espetáculos, sair c/amigos, cinema, caminhadas	Jornal e revista
João	Trabalha informalmente	Posto saúde	Bar com os amigos	Jornal
Silvio	Aposentado/cort e de grama	Posto saúde e hospital	Palavra cruzada, ouvir música, futebol na TV, baile 3ª idade	Não faz leitura
Orlando	Aposentado	Posto saúde e hospital	Leitura, rádio, TV, viajar	Jornal e livros
Ismael	Aposentado	Clínica particular e SUS	Leitura e filmes histórias mundiais viajar	Jornal e livros
Gládis	Pensão/ mãe trabalha	Convênio da mãe	Viajar casa do pai e praia, cinema	Livros e revistas
Hélio	Cotista/mãe diarista e pai aposentado	Posto saúde	Futebol, sair com amigos, namorar, música	Livros
Joana	Informal/ ela e o companheiro	Posto saúde e hospital	Livros, leitura	Livros

Tabela 4.3.3 – Resumo perfil usuários (identificação, forma de deslocamento até o restaurante e o tempo de deslocamento)

Nome	Local residência Cidade e bairro	Forma de deslocamento	Tempo
Roberta	Esteio, trabalha em Sapucaia	Caminhando	10 minutos
João	Sapucaia, COHAB Blocos	Caminhando	15 minutos
Silvio	Sapucaia, Getúlio Vargas	Caminhando	15 minutos
Orlando	Sapucaia, Centro	Caminhando	15 minutos
Ismael	Sapucaia, São Jorge	Caminhando/lotação	15 e 5 min
Gládis	Sapucaia, COHAB Blocos	Caminhando	10 minutos
Hélio	Sapucaia, Pasqualine	Caminhando	5 minutos
Joana	Sapucaia, Vila Feliz	Caminhando	20 minutos

Tabela 4.3.4 – Cursos e palestras informativas e de formação de renda, participação em consultas e pesquisas sobre necessidades e sugestões de cursos e palestras.

Nome	Curso ou palestra que participou	Consultado ou pesquisado	Sugestão de curso ou palestra
Roberta	Palestra gripe “A”, sabe de outras ações, não participa, é no horário de trabalho	Não fui pesquisado	Higiene pessoal
João	Lembra que houve divulgação de cursos, não fez nenhum, participou da palestra gripe “A”	Pesquisado não, nenhum momento	Já fazem pesagem das crianças, atividade para idosos, assistente social participativa. Tem documentação.
Silvio	Não participou de nenhum, mas sabe que fazem bastante cursos	Para mim não perguntaram nada, eu acho importante	Alimentação
Orlando	Soube que teve um chá dos idosos, mas não participei	Não	Sem sugestão
Ismael	Artesanato, ouvi falar, distribuíram papelzinho Participei da palestra da gripe do porco	Não, nunca	Palestra de como economizar
Gládis	Não participei, soube pelo quadro de anúncios	Por uma menina que fazia trabalho faculdade	Teatro, incrementar da biblioteca
Hélio	Soube, mas não participei	Isso eu nunca vi eles fazerem pesquisa	Incentivar biblioteca e curso artesanato idosos
Joana	Nunca, falta de tempo. A informação tem bem clara no mural e folhetos	Nunca fui consultada	Culinária, reaproveitamento garrafa péti

Tabela 4.3.5 – Opinião sobre o valor, a quantidade e valor nutricional da alimentação.

Nome	Alimentação é suficiente	Opinião valor nutricional	Opinião sobre o valor pago
Roberta	é suficiente, o básico	Pelo que a gente conhece tem um nível nutricional bom	Não tem o que questionar
João	sim	Balanceada, diversidade, sempre bom, sempre ótimo, muito nutritivo	Irrisória, muito pouco
Silvio	é ótima	no geral atende	é ótimo
Orlando	é suficiente	é mais balanceada	é de graça
Ismael	é suficiente	Pra mim é boa	é barato
Gládis	sim	Acredito que sim	é pouco
Hélio	é claro	é uma comida muito boa	é muito bom
Joana	é suficiente	É uma comida muito boa	com um real tu vai no armazém e compra um pão e uma banana, aqui é uma refeição bem boa

Tabela 4.3.6 – Opinião sobre a satisfação e que sugestão de mudança poderia ser proposta

Nome	O que traz mais Satisfação no “Prato Popular”	O que você Mudaria no “Prato Popular”
Roberta	Alimentação, amizade, leitura (biblioteca restaurante)	Não tenho o que mudar ou sugerir
João	Matando a fome	Diminuir tempo de espera na fila, para o idoso principalmente
Silvio	Comida variada, econômica	Precisa mudar ovo e o bife. Fila de espera na rua quando está chovendo, proteção
Orlando	Relação de amizade	Forma de servir a comida, do prato para bandeja com separação de alimento e fazer fila separado para idoso ser atendido mais rápido
Ismael	A comida	Está bom assim
Gládis	Almoçar bem, evitar deslocamento até em casa	Como funciona é bom
Hélio	Tempo e a comida	Quando chove não tem onde ficar lá fora
Joana	Comer, era horrível	O guardinha e a carteirinha, a gente perde muito tempo quando esquece a carteirinha

Tabela 4.3.7 – Mudanças ocorridas, na visão de cada entrevistado.

Nome	Após ser usuário do “Prato Popular” sua vida melhorou, piorou ou nada mudou? Que mudanças ocorreram?
Roberta	“melhorou muito, nível do almoço, tinha alimentação desregrada, passei a ter alimentação regulada ao menos na hora do almoço, era lanche, almoço as vezes, era qualquer coisinha...economia se fosse almoçar em outro lugar proporcionou até agora pintar meu apartamento, colocar cerâmica, comprar coisas pessoais para mim, bijuterias, pegar um cinema”
João	“melhorou, como bem aqui, fora daqui não, acabo só lanchando. Tenho mais tempo para trabalhar...sobra dinheiro para formalizar meu INPS, não contribuir para previdência vai me fazer falta no futuro”
Silvio	“pra mim melhorou, eu fazia comida em casa...eu vim aqui, faço economia. Variedade eu não conseguia fazer em casa...comendo aqui sobra e eu pude comprar eletrodomésticos que precisava, microondas e geladeira. Tenho ido mais vezes nos bailes, compro mais palavras cruzadas, sou viciado. Uma coisa diferente é que se conversa com as pessoas aqui e fica amigo de todo mundo, as vezes a gente se encontra com alguém que é daqui na rua e diz, a tu por aqui, eu acho isso muito bonito. Isso ajuda um eito, eu acho que psicologicamente ajuda a pessoa se sentir melhor.”
Orlando	“vida continua a mesma coisa, economicamente é bom, o nível das pessoas é bom, o atendimento é muito bom, aumentou as minhas amizades”
Ismael	“melhorou, a economia que a gente faz, com um real você não come nem um pastel pó aí, não é nada mas com trinta reais eu faço refeição todo o mês, é uma economia, uma barbaridade, uma mão na roda. Eu posso com essa economia comprar roupa, me vestir, saio para comer uma coisinha boa, se precisa ir no médico não preciso depender do SUS. Compro revistas e DVDs de documentários que custam 30 e 40 reais, mas não é todo o dia, compro lá uma vez por mês, é o que eu gosto.”
Gládis	“acho que é bom, da oportunidade da gente não descer até em casa, já está no percurso, melhorou sim. Se tu botar na ponta do papel, tu vê que diminuiu bastante e se gasta com mais diversão, sair com os amigos, compro mais roupas. Até minha mãe achou bom eu almoçar aqui, porque mesmo antes de eu fazer o curso, como eu fico sozinho em casa e eu tenho preguiça de fazer comida, eu as vezes almoçava apenas leite com Nescau, principalmente porque eu tive problema de saúde, eu sou anêmica, tive problema de pressão baixa, almoçar aqui me ajudou nesse sentido também, me alimento bem melhor e não tem esforço nenhum.”
Hélio	“ficou bem melhor, porque me ajuda um monte, aqui é um real e como recebo só meio salário, não teria condições de pagar um almoço num bufe ou cachorro quente. A variedade em casa eu não tinha, aqui todo o santo dia é uma comida diferente, lá em casa era tudo igual, aqui eu posso comer bem descansado, limite de tempo bem mais para almoçar, não preciso sair correndo para pegar o ônibus. Faço um monte de coisa com a economia de um real, eu sou adolescente, eu tenho que comprar roupa, fazer a carteira de motorista, outra que

	além do almoço eu tenho que gastar um monte com passagens. O que eu recebo da empresa não dá pro mês. Todo o final de semana agora eu consigo sair, namorar, é um lazer a mais.”
Joana	“pra mim melhorou bastante, porque eu que não tenho uma renda fixa na casa, me sai muito mais em conta, porque é um real que eu pago, uma coisa que valia sete a oito reais se eu fosse fazer em casa, fora a sujeira e o tempo, eu não tenho tempo para poder ficar em casa... porque eu já tenho que sair na luta, pra batalhar, melhorou muito. O que eu gastava oito reais pra fazer uma comida, agora eu compro uma fralda pro meu filho que tem um ano, eu posso comprar um leitinho a mais, um iogurte a mais pra eles, porque eles são crianças, tenho uma menina que vai fazer três anos. É um dinheiro que me sobra e posso comprar uma coisinha para botar no pão, que pra mim é uma coisa que não sobrava nem para comprar uma margarina. Tu vai no mercado para comprar o básico, arroz e feijão e com dez reais tu sai com dois ou três produtos, sem poder comprar uma coisinha boa pra poder aproveitar. Eu venho aqui e pago um real, são oito que me sobra, já é uma boa renda que me sobra pra comprar minhas coisas, fazer minhas rosquinhas que me dá o meu rendimento, onde eu posso comprar um azeite, uma farinha. A minha saúde melhorou bem mais também, anemia, porque em casa eu não tinha assim o valor nutricional, ou eu faço um pão e saio correndo ou eu fazia um arroz e feijão e deu, agora aqui eu tenho o bife de fígado, a beterraba, a cenoura que toda a semana tem, o arroz e feijão que tem todos os dias. O feijão é bem forte, bem bom, a minha saúde melhorou bastante, porque é todo o dia, de segunda à sexta, não é só um dia da semana que eu como, em caso eu comia uma vez por semana comida feita, o resto era pão e corria. Com isso diminuiu minha procura por médico, toda semana ia no posto buscar sulfato ferroso, agora uma coisa que eu não tomo mais é o sulfato ferroso, não me faz mais falta o médico disse, já me sinto forte sem ele.”

Tabela 4.3.8 – Entendimento do entrevistado sobre o funcionamento do projeto.

Nome	Tem entendimento sobre o seu funcionamento?
Roberta	“Mais ou menos, sei que é uma parceria entre empresa e Prefeitura, como foi criado não sei, só sei que apareceu aí, foi bom, está sendo bom e espero que continue”
João	“Funcionamento tenho, não sei se é real, comentário de quem trabalha no SESI, Gerdau e Prefeitura, peguei informação e bolei uma história”
Silvio	“Eu sei que é do Gerdau, da Prefeitura, do Governo do Estado, do SESI, porque diz na carteirinha e me disseram quando fiz a carteirinha, só sei quem é os mandão”
Orlando	“é muito bom, é muito importante e que fosse em todo o Brasil, ele tem cinco patrocinadores, li ali no Banner”.

Ismael	“isso aqui é uma beleza, uma grande ajuda pra gente. Me baseio pelo que tem escrito aí, que é ajudado pelo Gerdau, SESI, Prefeitura, é isso que eu vejo escrito.”
Gládis	“quando a moça fez a entrevista com a gente, ela explicou que tem a Puras, a Gerdau dá ajuda pro prato, uma associação com a Prefeitura, que conseguiram abrir o restaurante, sempre com ajuda da Gerdau.”
Hélio	“isso aqui é muito bom, a idéia que eu tenho que mantém esse lugar é o que eu vejo nos cartazes, a Gerdau, a Fiergs e Prefeitura é que mantém o lugar, por doações que recebe, nunca recebi informação sobre esse lugar”
Joana	“a comida é saborosa, além de bem reforçada, é bem boa também, bem gostosa, e o valor dela sem contar. Tenho do que eu leio e eles me orientam.”

4.4 – Críticas dos resultados

Após uma reavaliação e análise de conceitos relacionados à responsabilidade social empresarial e ao “Prato Popular” em particular, passamos a apresentar algumas reflexões críticas sobre a pesquisa.

Em primeiro lugar, o público que tem uma freqüência mais assídua é os idosos, acima de 60 anos, que comprovamos por oito dias de entrevistas junto ao restaurante e pela dificuldade de identificação de entrevistados com maior assiduidade, para a amostra. A faixa etária dos 40 a 59 anos é a que apresenta menor quantidade de usuários, com freqüência regular e com mais tempo de utilização, segundo informações das pessoas que trabalham junto ao restaurante, tanto do SESI quanto da Puras. Isso nos levou a incluir mais um entrevistado na faixa etária de 16 a 30 anos, pois dos identificados, tivemos apenas a aceitação de uma pessoa em responder a entrevista na faixa dos 40 a 59 anos.

O percentual de homens e mulheres é bem equilibrado, tanto visualizando no ambiente do restaurante quanto na nossa amostra, não conseguimos entrevistar uma mulher com mais de 60 anos, pois várias vezes que se contatou demonstrou timidez e vergonha, não aceitando realizar a entrevista.

O estado civil dos usuários, conforme tabela 4.3.1, pode ser considerado como fator determinante, pois 87,5% dos entrevistados são sozinhos (viúvo, solteiro(a), casado mas não mora com a esposa) e apenas um entrevistado tem uma união estável, que também utiliza o restaurante. Essa falta de um convívio em família pode ser um motivador pela procura de alternativa de alimentação.

Quanto a escolaridade, observamos na tabela 4.3.1, que a amostra identificou que 12,5% possui ensino médio completo, 50% ensino médio incompleto, sendo que metade desse percentual está estudando. Com ensino fundamental completo temos 25% da amostra e incompleto ficou na faixa de 12,5%. Cabe salientar que não existe nenhum analfabeto na amostra. Podemos dizer que é uma situação de escolaridade razoável para boa.

A habitação dos pesquisados, apresentada na tabela 4.3.1, demonstrou a seguinte situação: 62,5 % imóvel próprio, 25% alugado ou pensão e 12,5% imóvel cedido. Esse é uma informação bem significativa quanto as necessidades econômicas de cada usuário no cotidiano da sua vida.

A composição das fontes de renda dos pesquisados, conforme tabela 4.3.2, que é talvez o principal balizador e definidor das necessidades e mudanças em cada

indivíduo, demonstrou que 12,5% trabalham formalmente, 25% informalmente, 37,5% são aposentados, 12,5% recebe pensão alimentícia e 12,5% é cotista de escola técnica, sendo que as duas últimas faixas se completam com rendimentos dos pais.

Traçando um paralelo do perfil da nossa amostra com a definição de público que o projeto foca, conforme descrito no capítulo terceiro do trabalho, que diz: “tem como público a população de baixa renda em situação de vulnerabilidade do município de Sapucaia do Sul, moradores de rua, idosos, trabalhadores informais e crianças”. Observamos que, na amostra, tivemos sete usuários (87,5%) que se enquadram na proposição de público a ser atendido e um usuário (12,5%) que está fora dos parâmetros de vulnerabilidade¹¹, por estar com trabalho formal. Evidencia-se, com esse resultado, que o projeto está atingindo seu objetivo de público alvo em nossa amostra.

Na tabela 4.3.2 também é demonstrado o perfil dos pesquisados quanto aos recursos que utilizam para tratar a saúde, mostra que 62,5% busca o posto de saúde e hospital, 25% tem plano de saúde pela empresa 12,5% trata-se de forma particular.

Os momentos de lazer dos pesquisados, conforme tabela 4.3.2, são os mais variados, de acordo com a faixa etária e a renda familiar. Vai da leitura de livros

¹¹ A vulnerabilidade no projeto é medida pelos critérios da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social): considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa, a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo. Lei Orgânica de Assistência Social. Disponível em: < <http://www.congemas.org.br/loas.pdf> >. Acesso 2 abr. 2010.

emprestados em bibliotecas, passando pela música e televisão, chegando às viagens ao litoral e ao Uruguai.

Podemos ver pelo quadro 4.3.2 que o hábito da leitura de jornal, revista ou livro está presente em todos os entrevistados, apenas um declarou não gostar de leitura, mas se diz viciado por palavra cruzadas, que não deixa de exercitar uma forma de leitura.

Todos os entrevistados se deslocam caminhando até o restaurante, como podemos ver na tabela 4.3.3, pois residem na proximidade do prato, com exceção de três entrevistados: um que reside em outra cidade, mas a empresa em que trabalha é próxima; outro que reside em bairro mais distante, mas sua escola é nas proximidades e, por fim, um terceiro que apresenta outras motivações pela situação sócio-econômica e a forma de compor seus rendimentos. Temos, aqui, uma tendência de que o fator localização deva ser impeditivo para algumas pessoas que poderiam acessá-lo, pois agregar custo de transporte para ir ao restaurante vai inviabilizar economicamente a renda mensal, baseado no perfil renda dos pesquisados.

O projeto “Prato Popular” além do seu principal objetivo que é oferecer a alimentação aos seus usuários, seguindo diretrizes de uma política pública Estatal, também tem como uma das suas principais ações fazer um levantamento das necessidades e oportunidades aos usuários, no que tange a área de geração de emprego e renda, na questão preventiva e informativa, considerando sempre a opinião e solicitação da população usuária, conforme informado na descrição do

projeto. Na entrevista com o representante do SESI, foi informado que não existe um instrumento de pesquisa específico, a definição dos cursos se dá conforme avaliação do Comitê Gestor, sobre o perfil dos usuários e pela disponibilidade de recursos e habilidades dos profissionais, além da possibilidade da habilidade de reprodução do fazer o que foi ensinado e o poder de compra da matéria-prima que será feita pelo usuário. A tabela 4.3.4 exhibe que nenhum dos pesquisados participou de cursos propiciados pelo projeto, sendo que três, o que corresponde a 37,5% da amostra participaram da palestra informativa sobre a prevenção da gripe “A”. Todos, mesmo não participando dos cursos, declararam que houve divulgação dos mesmos. Questionados se foram consultados ou pesquisados sobre suas necessidades ou sugestões, todos manifestaram que nunca participaram de nenhuma pesquisa.

Perguntados sobre sugestão de cursos e palestras, 25% não tinham o que sugerir, 62,5% sugeriram assuntos como higiene pessoal, alimentação, economia doméstica, teatro e artesanato para idosos. Houve uma manifestação, 12,5% da amostra, que foi bem focada na sua realidade, expressando a necessidade em curso de culinária e de reaproveitamento das garrafas péti, que a ajudaria no seu rendimento, já que o trabalho é informal.

Na descrição do projeto uma das diretrizes é a realização de ações aos usuários, baseadas em levantamento junto aos mesmos, apurando necessidades e oportunidades na área de geração de emprego e renda, na questão preventiva e informativa, mas o processo de decisão dessas ações é feita com base em avaliação sobre o perfil dos usuários e outras variáveis financeiras. Essa perda de

deliberação das pessoas, identificado na amostra, levando a demandas não desejadas é afirmada por Paoli (2005, p 404) em nosso debate teórico – “substituição da idéia de deliberação participativa ampliada sobre os bens públicos pela noção de gestão eficaz de recursos”.

As ações, na área de geração de emprego e renda, na questão preventiva e informativa, com base na nossa amostra, conforme declarada pela representante do SESI – “o projeto contribui para emancipação dos usuários do restaurante, no momento em que se oportuniza ações informativas, preventivas e de geração de renda, contribuindo para sua emancipação e conquista de sua efetiva cidadania”, mas a amostra afirma não ter participado de nenhuma pesquisa e não participou de nenhum evento, mesmo tendo ouvido a divulgação dos mesmos. O exemplo está na sugestão de cursos manifestado por uma usuária que tem na informalidade a sobrevivência: “curso de culinária, é uma coisa que eu gosto e me dedico, ou um curso de coisas reaproveitáveis, como garrafas péti, coisas que podem fazer renda pra mim.”

Segundo Habermas, na sociedade natural, conforme mencionado no capítulo primeiro - “nela flui uma ética de convivência social, através de uma razão comunicativa, manutenção de um diálogo que busca o consenso entre as pessoas no sentido de orientar suas necessidades”, e nesse diálogo é que acreditamos que se possam planejar as ações que realmente poderão levar à esperada emancipação na cidadania das pessoas.

Quando falamos da alimentação é unânime a afirmação de que ela é suficiente. Com relação ao valor nutricional, usando como base a vivência de cada um, todos acreditam que o valor nutricional é atendido, conforme resumimos na seguinte descrição: “balanceada, diversidade, sempre bom, sempre ótima, muito nutritivo”. Ainda na mesma tabela 4.3.5, aparece resultados sobre o valor pago de um real por refeição, sendo apontado por todos como um valor simbólico que irá propiciar gastos em outras necessidades – “com um real tu vai no armazém e compra um pão e uma banana, aqui é uma refeição bem boa”.

Vimos que, segundo a amostra, o objetivo específico do projeto, de elevar a qualidade da alimentação fora do domicílio, garantindo a variedade dos cardápios com equilíbrio entre os nutrientes em uma mesma refeição, com baixo custo, está sendo atendimento em 100% dos pesquisados.

A tabela 4.3.6 exhibe que 87,5% citam a comida como o fator que traz mais satisfação no “Prato Popular”, 12,5% diz que é a relação de amizade que ele articula no restaurante. Em uma segunda opção apareceu a leitura na biblioteca do restaurante, tempo que se ganha diariamente e a economia. Ainda, na tabela, é exibido o que os participantes da amostra mudariam no “Prato Popular”, sendo que três entrevistados, 37,5%, não mudariam nada, diminuir o tamanho da fila para os idosos aparece em duas citações. Também por duas vezes, é mencionada a necessidade de um abrigo externo para a fila, em dias chuvosos. Uma outra mudança seria referente aos itens ovo e bife; uma questionou o tempo que se perde quando se esquece a carteira de identificação e outra a forma de tratamento do segurança da roleta de entrada do restaurante.

Novamente aparece aqui a necessidade de existir uma prática de ouvir os usuários do projeto, com a finalidade de trabalhar as satisfações e insatisfações, a fim de melhoria operacional do projeto e elevar o grau de satisfação dos mesmos.

A tabela 4.3.7, apresenta as manifestações dos oito usuários entrevistados, revelando que a vida de todos melhoraram desde que se tornaram usuários do “Prato Popular”, e as mudanças sócio-econômicas que ocorreram em suas vidas são provenientes da alimentação e da economia proporcionada pelo valor pago.

Em relação a uma vida mais saudável (alimentação, nutrição, saúde...), seis entrevistados manifestaram alteração com relação a melhoria neste tópico, correspondendo a 75% da amostra. Alguns passaram a realizar uma refeição, outros melhoraram a variedade e qualidade da alimentação, sendo que dois informaram mudanças significativas de saúde. Alguns relatos referem a que: “tinha alimentação desregrada, passei a ter alimentação regulada ao menos na hora do almoço, era lanche, almoço as vezes, era qualquer coisinha”, “como bem aqui, fora daqui não, acabo só lanchando”, “Variedade eu não conseguia fazer em casa”, “eu às vezes almoçava apenas leite com Nescau, principalmente porque eu tive problema de saúde, eu sou anêmica, tive problema de pressão baixa, almoçar aqui me ajudou nesse sentido também, me alimento bem melhor e não tem esforço nenhum.”, “recebo só meio salário, não teria condições de pagar um almoço num bufe ou cachorro quente. A variedade em casa eu não tinha, aqui todo o santo dia é uma comida diferente, lá em casa era tudo igual, aqui eu posso comer bem descansado, limite de tempo bem mais para almoçar, não preciso sair correndo para pegar o

ônibus”, “A minha saúde melhorou bem mais também, anemia, porque em casa eu não tinha assim o valor nutricional, ou eu faço um pão e saio correndo ou eu fazia um arroz e feijão e deu, agora aqui eu tenho o bife de fígado, a beterraba, a cenoura que toda a semana tem, o arroz e feijão que tem todos os dias. O feijão é bem forte, bem bom, a minha saúde melhorou bastante, porque é todo o dia, de segunda à sexta, não é só um dia da semana que eu como, em casa eu comia uma vez por semana comida feita, o resto era pão e corria. Com isso diminuí minha procura por médico, toda semana ia no posto buscar sulfato ferroso, agora uma coisa que eu não tomo mais é o sulfato ferroso, não me faz mais falta o médico disse, já me sinto forte sem ele”.

A economia propiciada pelo valor pago de um real a refeição, tem produzido mudanças na vida desses usuários pesquisados, pois conforme seus relatos, propicia um leque de oportunidades de direcionar esses valores para outros gastos que melhoram a sua qualidade de vida.

Na ótica de lazer e tempo livre, tivemos seis entrevistados, 75%, que fizeram manifestação de melhoria nesse ponto, conforme as seguintes descrições: “...economia se fosse almoçar em outro lugar proporcionou até agora...pegar um cinema”, ...comendo aqui sobra e eu...Tenho ido mais vezes nos bailes, compro mais palavras cruzadas, sou viciado”, “a economia que a gente faz, com um real você não come nem um pastel pó aí, não é nada mas com trinta reais eu faço refeição todo o mês, é uma economia, uma barbaridade, uma mão na roda. Eu posso com essa economia... Compro revistas e DVDs de documentários que custam 30 e 40 reais, mas não é todo o dia, compro lá uma vez por mês, é o que eu gosto”,

“Se tu botar na ponta do papel, tu vê que diminuiu bastante e se gasta com mais diversão, sair com os amigos”, “Faço um monte de coisa com a economia de um real, eu sou adolescente... Todo o final de semana agora eu consigo sair, namorar, é um lazer a mais”.

Na melhoria da renda, houve abordagem de um entrevistado, 12,5%, conforme segue: “Tenho mais tempo para trabalhar...” (autônomo), “...eu que não tenho uma renda fixa na casa, me sai muito mais em conta, porque é um real que eu pago, uma coisa que valia sete a oito reais se eu fosse fazer em casa...Eu venho aqui e pago um real, são oito que me sobra, já é uma boa renda que me sobra pra comprar minhas coisas, fazer minhas rosquinhas que me dá o meu rendimento, onde eu posso comprar um azeite, uma farinha”.

Como melhorias quanto ao aperfeiçoamento profissional (educação forma e profissional), tivemos dois entrevistados, 25%, que informaram ter obtido melhoria após utilizarem o “Prato Popular”, quanto a comodidade, tempo e redução de custos com deslocamento, conforme segue: “da oportunidade da gente não descer até em casa, já está no percurso...” (escola – casa), “limite de tempo bem mais para almoçar, não preciso sair correndo para pegar o ônibus...me ajuda um monte...além do almoço eu tenho que gastar um monte com passagens...” (escola técnica onde estuda próxima ao restaurante).

Também foram trazidas informações de melhoria, decorrente da economia de se pagar um real pela alimentação, no âmbito do investimento pessoal e elevação da auto-estima, aparecendo em sete depoimentos, 87,5%, conforme segue:

“...economia se fosse almoçar em outro lugar proporcionou até agora pintar meu apartamento, colocar cerâmica, comprar coisas pessoais para mim, bijuterias...”, “...sobra dinheiro para formalizar meu INPS, não contribuir para previdência vai me fazer falta no futuro”, “...comendo aqui sobra e eu pude comprar eletrodomésticos que precisava, microondas e geladeira”, “Eu posso com essa economia comprar roupa, me vestir, saio para comer uma coisinha boa, se precisa ir no médico não preciso depender do SUS”, “compro mais roupas”, “Faço um monte de coisa com a economia de um real, eu sou adolescente, eu tenho que comprar roupa, fazer a carteira de motorista”, “O que eu gastava oito reais pra fazer uma comida, agora eu compro uma fralda pro meu filho que tem um ano, eu posso comprar um leiteinho a mais, um iogurte a mais pra eles, porque eles são crianças, tenho uma menina que vai fazer três anos. É um dinheiro que me sobra e posso comprar uma coisinha para botar no pão, que pra mim é uma coisa que não sobrava nem para comprar uma margarina...”.

Seguindo a ótica da elevação do nível de auto-estima, mas sem influência do aspecto de economia da renda, tivemos dois entrevistados, 25%, que sentiram um avanço de melhoria no sentido de fazer amizades, atendendo uma necessidade subjetiva do ser humano de se sentir pertencente a um grupo, o indivíduo sentir-se um ser social, pertencer à sociedade. São as seguintes manifestações: “Uma coisa diferente é que se conversa com as pessoas aqui e fica amigo de todo mundo, às vezes a gente se encontra com alguém que é daqui na rua e diz, a tu por aqui, eu acho isso muito bonito. Isso ajuda um eito, eu acho que psicologicamente ajuda a pessoa se sentir melhor.”, “o nível das pessoas é bom, o atendimento é muito bom, aumentou as minhas amizades”.

O pensamento de Paoli (2005) fala que está pouco garantida a avaliação do impacto dos programas sociais levados a efeito por empresas nos espaços e populações carentes a que se dirigem, ou, em outras palavras, quais as mudanças que operaram nessas realidades sociais. Já Coutinho (2006), afirma que os projetos sociais buscam, através de ações integradas, transformar a realidade de uma parcela da sociedade, reduzindo ou solucionando problemas/necessidades.

Com base nos relatos dos usuários da amostra, temos indícios de que existem mudanças sócio-econômicas oriundas da alimentação e da economia da renda, após terem se tornado usuários do “Prato Popular”, tanto com relação a uma vida mais saudável, também pela economia que propiciou melhoria no seu tempo de lazer, diretamente na sua renda, no aperfeiçoamento educacional, no investimento pessoal e na sua auto-estima.

Na última tabela 4.3.8 temos os resultados do entendimento dos pesquisados sobre o funcionamento do “Prato Popular”, e podemos observar que nenhum deles tem uma definição clara, completa e convicta sobre o funcionamento do projeto. O entendimento de cada um é montado através de informações recebidas, quando realizam seu cadastramento e nos banners informativos. Algumas manifestações: “quando a moça fez a entrevista com a gente, ela explicou que tem a Puras, a Gerdau dá ajuda pro prato, uma associação com a Prefeitura, que conseguiram abrir o restaurante, sempre com ajuda da Gerdau.”, “Funcionamento tenho, não sei se é real, comentário de quem trabalha no SESI, Gerdau e Prefeitura, peguei informação e bolei uma história”, “Mais ou menos, sei que é uma parceria entre empresa e

Prefeitura, como foi criado não sei, só sei que apareceu aí, foi bom, está sendo bom e espero que continue”.

Analisando as manifestações dos nossos entrevistados quanto ao entendimento do funcionamento do projeto, podemos dizer que a tendência, perante a amostra do grupo de usuários, é de que não se evidencia uma preocupação exclusiva da empresa com a sua imagem, sobrepondo o objetivo social do projeto, pois a empresa poderia usar esse momento de esclarecimento sobre o prato para trabalhar a idéia mercantil da sua imagem, conforme argumentado por Paoli (2005), quando afirma que os serviços sociais prestados retornam ao espaço da rentabilidade mercantil potencialmente agregando valor aos produtos, como não se cansam de mencionar os textos de estímulo empresarial produzidos por empresas de consultoria social a respeito da boa imagem da marca dos produtos (e não da qualidade dos próprios) de uma empresa filantrópica. Ao mesmo tempo em que podemos supor pela nossa amostra essa não priorização da imagem mercantil maquiada pela imagem social, também podemos pensar na propensão de um avanço na relação dialógica que sugerimos anteriormente, através de uma ação que padronize a divulgação junto aos usuários do projeto “Prato Popular” (o que é..., como funciona... e seus objetivos).

Tudo isso não valida as afirmações de Bourscheidt (2002) e de Kotler (1995), no sentido de que o marketing da responsabilidade social empresarial não pode ser um fim em si mesmo, mas um meio de divulgar exemplos de sucesso, para atrair novas empresas, pois os resultados dos usuários e do representante da empresa não são suficientes para apontarmos qualquer tipo de tendência.

Passamos agora a uma análise e avaliação do funcionamento do projeto à luz das discussões sobre responsabilidade social empresarial, focando nas impressões colhidas nas entrevistas com os envolvidos na realização do projeto.

Tatim (2007) escreve sobre a perda de efetividade dos projetos sociais oriundo das ações de responsabilidade social empresariais, pois são investimentos considerados estratégicos da empresa, portanto a área que será investido o recurso é definida em nível diretivo, não levando em consideração as reais demandas das pessoas.

Os investimentos sociais da empresa Gerdau, segundo resposta de seu representante, são baseados em um levantamento realizado através do Instituto Gerdau, que faz uma pesquisa das necessidades de investimento social na comunidade, a fim de definir qual tipo de ação que será realizada naquela comunidade – “o mapeamento é feito baseados nas realidades e necessidades das comunidades onde atuamos, a cada real investido, prestamos contas para os nossos acionistas e comunidade. Existe um setor Instituto Gerdau que mapeia todas as necessidades de investimento social no Brasil, soma tudo e leva ao Conselho Executivo da Gerdau para solicitar aprovação e liberação da verba para ser investida ao longo do ano, conforme os projetos.”. Esse procedimento vem em sentido contrário ao questionados por alguns autores que afirmam sobre a perda de efetividade nos projetos decorrentes desses investimentos, pois a decisão de que área investir está centralizado no corpo diretivo das organizações e eles não têm o conhecimento da necessidade de cada comunidade.

Tem-se aqui uma disposição de que a decisão pelo investimento social “Prato Popular” não foi decisão em nível diretivo, como apresentado por Tatim, mas baseado em uma necessidade da comunidade, apurado através do Instituto Gerdau.

O projeto “Prato Popular”, a partir de 2008, apropria-se dos benefícios da Lei Estadual de Solidariedade, que, em uma das suas áreas, direciona para políticas públicas voltada para segurança alimentar no Rio Grande do Sul. No Município de Sapucaia do Sul, não existe nenhuma diretriz ou política pública direcionada para essa área.

A Lei da Solidariedade, voltada à segurança alimentar, está alinhada com a política pública Federal que objetiva assegurar, de forma sustentável, o direito humano à alimentação adequada para toda a população brasileira, através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN), que por sua vez se desdobra no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que tem o objetivo de executar e acompanhar os programas de segurança alimentar, por meio de ações realizadas em parceria com as três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e a Sociedade Civil.

Afirma o sociólogo Léo Voigt, conforme descrito no subcapítulo 2.1 desse trabalho, que, além da intensificação crescente das empresas no apoio de projetos sociais de interesse público, elas tendem a fazer isso identificadas com as prioridades públicas apontadas pelo Estado no Brasil, existindo uma interlocução com as

políticas públicas que muitas destas experiências empresariais findam contribuindo com o próprio aprimoramento da política estatal.

No caso do projeto “Prato Popular”, segundo informações do representante da empresa, os programas sociais do Estado têm influência em algumas definições no investimento social da empresa, mas o instrumento principal é o mapeamento do Instituto Gerdau, exemplo que o projeto iniciou em 2006 com todos os recursos subsidiados pela empresa e somente a partir de 2008 passou a apropriar-se dos incentivos fiscais do Estado, passando a ser um interlocutor da política pública de segurança alimentar, para sua efetivação, conforme vimos nos argumentos acima.

A avaliação e mensuração do projeto são medidas através de oito indicadores: resultado da avaliação (vistoria do prato), temperatura, análise microbiológica, pesquisa de satisfação (alimentação), número de refeições dia, variação cardápio mensal, número de participantes por ação social e número de ações sociais realizadas. São indicadores importantes para o desenvolvimento do projeto, mas não demonstram a eficácia do projeto, os fatos de mudança produzidos em seus usuários, são dados de retorno do investimento e percepções do público, vindo ao encontro das afirmações trazidas por Paoli (2005, p 399), que diz : “está pouco garantida à avaliação do impacto dos programas sociais levados a efeito por empresas nos espaços e populações carentes a que se dirigem, ou, em outras palavras, que as mudanças que operaram nessas realidades sociais. É de notar que, afóra os números da população assistida pelos programas, informados pela própria empresa, a discussão concentra-se quase inteiramente em uma noção de impacto que tem a ver muito mais com a de retorno (mercantil) dos recursos investidos ou à “percepção do público” (“público aqui sinonimizado como

consumidores e empregados das empresas que investem socialmente, além dos acionistas"), ficando-se sem saber o que e como foi transformado em relações sociais concretas do trabalho nas empresas ou nas necessidades da comunidade que foi objeto da ação social empresarial.”

Podemos observar, pelas manifestações dos representantes das entidades envolvidas no projeto, através das entrevistas, esse tom de percepção quanto às mudanças que o projeto realiza em seus usuários, conforme reproduzimos: “...o projeto contribui para emancipação dos usuários do restaurante, no momento em que oportuniza ações informativas, preventivas e de geração de renda, contribuindo para sua emancipação e conquista de sua efetiva cidadania. Acreditamos que o projeto Prato Popular contribua para melhoria da qualidade de vida de muitos cidadãos do Município de Sapucaia do Sul, uma vez que oferece refeições de qualidade, que na maioria das vezes, é a única refeição diária do usuário cadastrado no restaurante Prato Popular. A refeição é oferecida com baixo custo, sendo proporcionadas também ações educativas como oficinas, que venham estimular a geração de renda e a sustentabilidade da comunidade local.”, “A transformação das pessoas passa pela educação, saúde, moradia e garantia de emprego, com todos estes fatores envolvidos acredito nas mudanças.”, “Sim acredito ao longo prazo com bons projetos e programas.”.

Com base nos depoimentos colhidos, pressupomos, conforme afirma Coutinho (2006, subcapítulo 2.2 da dissertação), para que o projeto venha “alcançar de forma mais adequada os resultados, com melhor utilização dos recursos, além de munir os formuladores e gestores de informações importantes para o desenho de

futuras iniciativas ou para correção de cursos de atuação, como um mecanismo de retroalimentação”, sejam agregados aos atuais indicadores, que voltamos a ressaltar a importância deles para monitoramento do projeto. Outros que, também afirmado por Coutinho (2006, subcapítulo 2.2 desta dissertação), vão além de dos termos financeiros e quantitativos, “...custos e benefícios não deveriam ser medidos apenas em termos financeiros, devendo também ser considerados segundo dimensões sociais e psicológicos.”

O projeto “Prato Popular” não se materializa através de uma ONG, mas por uma organização de direito privado, o SESI, cuja criação é autorizada por lei específica, mantida por tributo que incide sobre a folha de pagamento das indústrias, para realização de obras, serviços ou atividades de interesse coletivo. É uma espécie de entidade paraestatal, é autônoma, administrativa e financeiramente, tem patrimônio próprio e opera em regime da iniciativa particular, na forma de seu estatuto, ficando vinculada (não subordinada) a determinado órgão da entidade estatal a que pertencem, que supervisiona e controla o seu desempenho estatutário, sem interferir diretamente na sua administração, conforme descrito na entrevista de seu representante.

Ao buscarmos as respostas para comprovarmos ou não nossa hipótese da existência de mudanças sociais, na amostra de usuários do projeto “Prato Popular”, debatemos sobre a nova postura do Estado perante as questões sociais, uma nova forma de organização e representação da sociedade civil e o posicionamento ambíguo das empresas, que cobram uma postura de Estado mínimo, engrossam as

fileiras da desigualdade e da pobreza com suas técnicas de produção e racionalização, e passam a se preocupar com as questões sociais.

As corporações, que materializam as ações nas questões sociais, na maioria das vezes através de Leis de incentivo fiscal, que vêm a contribuir para desenvolver e ampliar as políticas públicas de assistência social do Estado, que segundo Rico (2004, subcapítulo 2.2 desta dissertação), “ao atuar alinhada às políticas públicas, a empresa pode contribuir para o fortalecimento do papel do Estado na busca de soluções efetivas para os problemas sociais existentes.

Preocupação essa com o social que é colocada em dúvida por Tatim (2007, p 157), em que afirma que “a racionalidade econômica dos interesses privados deve comandar bem mais a filantropia empresarial do que o compromisso ético com a sociedade.”

Independente dos objetivos e de interesses da empresa, se esses se alinham mais com as políticas públicas ou com interesses econômicos Nesse cenário identificamos, na amostra pesquisada, manifestações que podem eventualmente, demonstrar a existência de mudanças na vida sócio-econômica das pessoas, sob o aspecto da alimentação e economia de renda. Percebe-se também uma inclinação pela falta de uma interação dialogada com os usuários, buscando identificar outro objetivo do projeto que é a necessidade sob os aspectos de ações informativas e de geração de renda, porque se tratando de um projeto, ele terá um tempo de desenvolvimento, não será permanente e, para que não se torne uma assistência à

pobreza, é preciso que ele tenha eficácia e, contribua para uma emancipação dos seus usuários.

REFERÊNCIAS

ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade social das empresas: reprodução de posturas ou novos rumos.** Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

ALESSIO, Rosemeri. **Cartilha responsabilidade social: um panorama empresarial.** 2ª edição. Porto Alegre: 2004.

ASHLEY, Patrícia (org.) **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios.** São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: < <http://al.rs.gov.br/> >. Acesso em: 27 ago. 2009.

BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BELFIORE-WANDERLEY Mariangela (organizadora). **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade; por uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Pa e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOURDIEU, P. In: PESQUISA Qualitativa em Psicologia. [2002]. 2f. Seminário Trabalho de Pesquisa, Faculdade de Psicologia/UNISINOS, São Leopoldo: 2002.

BOURSCHEIDT, Álvaro Aloísio. **Responsabilidade Social: uma questão de sobrevivência para as empresas do século XXI**. Taquara: FACCAT, 2002.

CAMPOS, Luis Fernando de Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 2ª edição. São Paulo: Editora Alínea, 2001-2ª edição.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: < <http://www.cebds.org.br> >. Acesso em: 27 ago. 2009.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; MACEDO-SOARES, Teresia Diana L. v. A. de; SILVA, José Roberto Gomes da. **Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais**. Rev. Adm. Pública., Rio de Janeiro: v. 40, n. 5, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Dez 2006.

CRUZ, Cecília Meirelles. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Global, 2000.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FERREL, O. C. **Ética Empresarial: dilemas, decisões e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FIERGS. **A Contribuição Social do Industriário Gaúcho**. Porto Alegre: Conselho de Cidadania, outubro de 1999.

FREEMAN, Edward & GILBERT, Daniel. **“Managing Stakeholder Relationships” in Business and Society**. Corporate Response to External Pressures: 1987.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Disponível em: <<http://www.fubdabrinq.org.br>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

FUNDAÇÃO AIRTON SENNA. Disponível em: < <http://www.senna.globo.com/> >. Acesso em: 27 ago. 2009.

FUNDAÇÃO MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO. Disponível em: < <http://www.fmss.org.br/> >. Acesso em: 27 ago. 2009.

FUNDAÇÃO SEMEAR. Disponível em: < <http://www.fundecaosemear.org.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

GERDAU. **Relatório Social e Ambiental 2004 Brasil**. Porto Alegre: 2005.

GERDAU. Disponível em: < <http://gerdau.com.br/> >. Acesso em: 23 ago. 2009.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em 27 ago. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra. ONGs e cidadania**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

GOLDIM, José Roberto. **Manual de Iniciação à Pesquisa em Saúde**. Porto Alegre: Dacasa, 1997.

GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário** (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 1). Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

IANNI, O. **A internacionalização do capital – Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, O. **As ciências sociais na época da globalização**. Revista brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v 13, n 37, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em: < <http://ibase.org.br/> >. Acesso em: 27 ago. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2006.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 27 ago. 2009.

IPEA. **Ação Social das Empresas do Sudeste: quem são e onde estão.** Brasília: Edições IPEA, 1999.

JORNAL DO BRASIL. "Sonegação no Brasil passa de R\$ 3 milhões por hora." In: **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: nº 83, 30 jun. 2000, Caderno A.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** São Paulo: Atlas, 1996.

LANDIM, Leilah. Para **Além do Mercado e do Estado: Filantropia e Cidadania no Brasil.** In: MOTA, C. R. (org.). **Fórum Estado e Sociedade.** Curso de Especialização em Gestão de Iniciativas Sociais. Rio de Janeiro: SESI e LTDS/COPPE/UFRJ, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

NEPP, Relatório sobre a situação social do país. Campinas: Unicamp, 1989.

PAES, A. **A Responsabilidade Social Empresarial: espaço de intervenção profissional do Serviço Social.** São Paulo: PUC, 2003. Trabalho de conclusão do curso, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

PAIVA, Carla Patrícia. **Redes Sociais e a ação coletiva: o caso da "Nós voluntários".** UNISINOS, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências Humana, Universidade do Vale dos Sinos, 2007.

PAOLI, M. C. **Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. Disponível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

PROJETO PESCAR. Disponível em: < <http://www.projetopescar.org.br/> >. Acesso em: 27 ago. 2009.

REDE SOCIAL. Disponível em: <<http://www.redesocial.org>> Acesso em: 20 dez. 2004

RICO, Elisabeth de Mello. **O Empresariado, a filantropia e Questão Social.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: n 5, ano XIX, nov. 1998.

RICO, Elizabeth de Melo. **A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Carla Inês Costa dos; BRASIL, Eliete Mari Doncato. **Elaboração de trabalhos técnicos-científicos.** Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2008.

SANTOS, Frey David de Oliveira. **Resgate das dívidas sociais em favor da justiça.** [sl:sn], 1998, mimeo.

SESI/PR. **1º Fórum de Responsabilidade Social e Ética Empresarial: A produtividade Social e o Impacto da Qualidade de Vida na Produtividade do Trabalho da Indústria do Paraná.** Publicação conjunta do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná e IBQP/PR, Curitiba: Volume 1, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações na era da globalização.** São Paulo. Hucitec, 1999.

SILVA, Jacqueline Oliveira. Políticas de assistência social e gestão da pobreza. **Caderno CEDOPE.** Rio Grande do Sul: ano 10, n. 16, p. 14-23, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SOMOS TODOS SERES SOCIAIS. **Suplemento Jornal NH,** Viver com saúde, Novo Hamburgo, 19 25 out. 2009, p 9.

SOUZA, Luciano e. **Planejamento Participativo como passo dialógico para o sucesso de um projeto social**. Rio de Janeiro, 2000. Monografia (Especialização, Gestão de Iniciativas Sociais), Faculdade de Engenharia da Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Certez, 1988.

TATIM, Denise Carvalho. **Responsabilidade social empresarial: representações sociais e ideologia**. Porto Alegre: 2009. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

TATIM, Denise Carvalho. **Responsabilidade social empresarial: representações sociais e ideologia**. In: VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho A. , (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TOMMASI, Livia de. **Conselhos municipais e políticas sociais: a participação nos conselhos paritários, significado e limites**. Rio de Janeiro: IBAM/IPEA, 1997.

TORRES, C., **A Responsabilidade Social das Empresas e o Balanço Social no Brasil**. In: MOTA, C. R. (org.). **Fórum Estado e Sociedade**. Curso de Especialização em Gestão de Iniciativas Sociais. Rio de Janeiro: SESI e LTDS/COPPE/UFRJ, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VOIGT, Léo. **Muitas experiências empresariais contribuem para apromrar a política estatal**. Porto Alegre. IHU On-Line, Instituto Humanitas, UNISINOS, ano 5, nº 144, p. 13-14, 06 jul. 2005.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.